

MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 08.684.547/0001-65 - NIRE 31.300.026.485

Praça Louis Ensch, nº 240, Cidade Industrial, Contagem - MG

Relatório da Administração – 2011

Senhores Acionistas,

A Magnesita Refratários S.A., "Companhia" submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, com os pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

1 - MENSAGEM DO PRESIDENTE

"No ano de 2011, nossa administração focou nos projetos de verticalização em matérias-primas e monetização dos nossos recursos minerais. Ao mesmo tempo, continuamos a entregar resultado operacional e financeiro superior ao apresentado pela indústria de refratários em um cenário difícil para nossos principais setores-clientes. Seguimos a estratégia de manutenção do nosso market share na América do Sul e de ganhos de market share nas demais regiões, onde o crescimento de dois dígitos nos levou ao aumento de receita e lucro líquido.

De acordo com a estratégia de aumento da verticalização, a expansão na mina de magnesita em Brumado, dedicada à auto-suficiência em sinter de magnesita de alta pureza (>98% MgO), foi conduzida em ritmo planejado com início da produção em abril de 2012. Intensificamos os trabalhos ambientais do projeto de grafita em Almenara-MG, que em sua primeira fase terá capacidade de produção de 40 mil toneladas/ano. Com esta produção, a Magnesita passa a ser auto-suficiente em grafita e adiciona um mineral estratégico ao seu portfólio. Em 2011, consolidamos a nossa visão estratégica para este mineral em um plano de negócio com o objetivo de nos tornarmos um dos maiores produtores de Flake Graphite do mundo. Em 2011, o resultado operacional da Magnesita foi influenciado por um ambiente macroeconômico adverso, marcado pela crise fiscal na zona do euro e pela alta dos preços das matérias primas, em um ambiente pouco propício para repasse de preços. Apesar deste cenário, as vendas em **soluções refratárias** apresentaram crescimento acima do mercado. Na Europa, nossas vendas cresceram 21,3% versus 2,8% de crescimento na produção do setor siderúrgico. Na América do Norte, crescemos 10,4% contra crescimento de 6,8% na produção de aço. Em **serviços**, atingimos uma receita de R\$ 153 milhões, 6,6% da receita total da Companhia, enquanto as vendas de **minerais**, de R\$ 131 milhões, representaram 5,6% da receita em 2011. Com isso, concluímos o ano com uma receita líquida de R\$ 2,3 bilhões e um lucro líquido de R\$ 99 milhões.

A fim de deixar a nossa estrutura de capital mais adequada à aceleração dos nossos projetos de verticalização, realizamos uma oferta pública de ações, que totalizou R\$ 278,6 milhões. Encerramos o ano com a relação dívida líquida/EBITDA de 2,2x, contra 2,8x em 2010. Isso foi possível pela forte geração de caixa operacional associada às melhorias de capital de giro, essa com redução de R\$ 90 milhões.

O resultado de 2011 reflete nosso contínuo foco em eficiência operacional, dedicação aos nossos clientes por meio da performance das nossas soluções refratárias e a flexibilidade do nosso modelo de negócios. Para 2012, esperamos um cenário macroeconômico volátil, mas estamos confiantes de que as vantagens competitivas do nosso modelo integrado continuarão a fazer a diferença. Aumentaremos a rentabilidade em soluções refratárias devido ao processo de maior verticalização. Vamos acelerar o desenvolvimento das nossas reservas minerais onde vemos potencial para expressiva criação de valor para os nossos acionistas."

Ronaldo Iabrudi
Diretor-Presidente

2 - PERFIL CORPORATIVO

Com presença em quatro continentes e diversos países, a Magnesita Refratários é a terceira maior produtora de refratários do mundo e líder de mercado em soluções integradas para seus clientes. Com uma das maiores e melhores reservas de magnesita, dolomita e talco do mundo, além de outros minerais como grafita, cromita e argilas, a Magnesita dedica-se à mineração, produção e comercialização de uma linha de mais de 13 mil tipos de materiais refratários, de monolíticos e tijolos convencionais a cerâmicas nobres. Os produtos são utilizados, principalmente, por fabricantes de aço, cimento e vidro para revestir equipamentos que operam em altas temperaturas.

A Magnesita possui 28 unidades industriais e de mineração, localizadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, França, Taiwan e China, com capacidade de produção de 1,4 milhão de toneladas de refratários por ano. Além disso, a Companhia possui diversas reservas minerais próprias ao redor do mundo, que suprem cerca de 70% de suas necessidades de matéria-prima para a produção de refratários, o que garante o maior nível de verticalização do mundo na indústria de refratários. Proprietária de uma grande variedade de direitos minerais sobre recursos naturais a serem explorados e com fortes investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação para exploração, tratamento e melhoria desses recursos, a Magnesita tem como meta chegar a 90% de verticalização em matéria-prima. Por entender que as minas são recursos não-renováveis, a Companhia vem realizando investimentos em processos de reaproveitamento, com o objetivo de prolongar seu ciclo de vida. Atualmente, seus ativos minerais abrangem insumos importantes na produção de refratários tais como: magnesita, dolomita, argilas, grafita e outros minerais como o talco, o óxido de magnésio e a cromita, comercializados para determinados nichos de mercado.

Hoje, a empresa opera, além do sistema convencional, o modelo de negócios CPP – Custo Por Performance – desenvolvido na década de 1990. Trata-se de uma solução inovadora em que a remuneração está diretamente relacionada à performance do cliente e não ao volume de refratários vendidos. A Magnesita vende à qualidade e durabilidade do seu produto, o que garante maior produtividade para o cliente e menor geração de resíduos. Assim, o valor do produto passa a ser medido pela eficiência da produção do cliente e não pela unidade ou pelo peso. A Magnesita foi a primeira empresa de refratários a desenvolver esse modelo de negócios, que passou a ser referência para todo o setor.

A Magnesita abriu o capital em 1969, e, ao final de 2007, seu controle acionário foi vendido para GP Investments e Gávea Investimentos. As ações foram unificadas em uma só espécie – ordinárias nominativas – que passaram a ser negociadas no Novo Mercado da BM&Fbovespa sob o código MAGG3. Em novembro de 2008, a Companhia deu um grande salto ao adquirir as unidades do maior produtor mundial de refratários dolomíticos, a LWB Refractories. Como parte da operação passou a ter o fundo Rhone Capital no seu bloco de controle.

Em 31 de dezembro de 2011, os controladores da Companhia detinham 42,8% do capital social, sendo 34,0% dos fundos administrados pela GP Investments (Alumina Holdings LLC, MAG Fundo de Investimentos em Participações e GPC4 Fundo de Investimentos em Participações); 7,2% da Rearden L Holdings 3 S.A.R.L., fundo administrado pela Rhone, e 1,6% de propriedade do GIF II Fundo de Investimentos em Participações, administrado pela Gávea Investimentos. O restante do capital estava distribuído entre mais de 10.000 acionistas, pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiros.

No final de 2011, a empresa empregava 6.782 colaboradores e, por meio de uma base de mais de 1.500 clientes, obteve o faturamento líquido de R\$ 2,3 bilhões. O resultado operacional, medido pelo EBITDA, foi de R\$ 427,4 milhões e o lucro líquido de R\$ 98,6 milhões, o que representa 18,4% e 4,2% da receita líquida, respectivamente.

3 - ESTRATÉGIA DA COMPANHIA

A estratégia adotada pela Magnesita tem como principal foco atender de forma diferenciada seus clientes em todos os continentes, oferecendo produtos e serviços de qualidade superior, com a visão de tornar-se a maior e mais rentável empresa no setor de refratários do mundo. O modelo estratégico da Magnesita está baseado nas seguintes premissas:

- Redução de custos: Oportunidades de economia com mão de obra, contratos com fornecedores, custos de produção e energia;
- Potencialização do valor econômico de reservas minerais: Abertura de novos negócios e mercados para os produtos minerais;
- Crescimento dos negócios: Reforço do modelo baseado em solução como diferencial no mercado;
- Acompanhamento do crescimento da siderurgia e cimento no Brasil e no mundo: Posicionamento adequado, com clientes atuais já tendo anunciado ampliações;
- Atendimento às siderurgias brasileiras no exterior: Relacionamento próximo com clientes e modelo de parceria reforça possibilidade de atendimento de unidades internacionais de clientes locais;
- Oportunidades de expansão do modelo de negócio de aço vazado fora do Brasil;
- Fortalecimento da Governança Corporativa: Adesão ao Novo Mercado, maior transparência e proximidade com todos os públicos estratégicos;
- Ciclo de administração: Processo cíclico constante de administradores e funcionários-chave.

4 - SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Magnesita divide suas operações em três segmentos operacionais: refratários, minerais e serviços. **Refratários:** É o principal negócio da Magnesita e atua na produção e comercialização de produtos e soluções refratárias. Os refratários são materiais capazes de suportar altas temperaturas sem perder suas propriedades físico-químicas. No consumo global, destacam-se a siderurgia (70,0%), as cimenteiras (7,0%) e as indústrias de vidros e materiais não-ferrosos (9,0%). Os refratários apresentam-se nas mais variadas formas, sendo as principais: tijolos, massas, argamassas e concretos. Também são encontrados em diversas composições tais como, os magnesianos, dolomíticos e aluminosos. A Magnesita comercializa esses produtos através de vendas diretas ou por meio de contratos de performance, o qual prevê maior envolvimento da Companhia com a operação do seu cliente. Em 2011, a receita líquida proveniente desse segmento representou 87,8% da receita consolidada da Companhia.

Minerais: A Magnesita possui diversos direitos minerais nas regiões onde atua. Esses minerais são utilizados como matéria-prima na fabricação de refratários, além de diversas outras aplicações. Aproximadamente 70% das necessidades de matérias-primas utilizadas na produção de refratários da Magnesita advêm de suas próprias minas. A Companhia também comercializa seus diversos minerais nos mercados interno e externo. As principais matérias-primas utilizadas na produção de refratários são: sinter de Magnesita (M10 e M30) e sinter de dolomita. Além destes, a Companhia também comercializa os seguintes minerais: óxido de magnésio, talco, grafita, cromita e argilas. Em 2011, o segmento de minerais representou 5,7% da receita consolidada da Companhia.

Serviços: A Magnesita também detém conhecimento de processos que vão desde a montagem e a retirada dos refratários, passando pelo monitoramento do processo produtivo do cliente e pela manutenção eletromecânica de equipamentos aos testes "post mortem" no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia. Esse conhecimento, quando vinculado aos contratos de performance (CPP), agrega valor aos produtos refratários e tem como objetivo aumentar a produtividade e a redução do custo para o cliente. Em 2011, o segmento de serviços representou 6,6% da receita consolidada da Companhia.

	2011		2010		Var. %	
	Receita Líquida (R\$ milhões)	Volume (mil ton)	Receita Líquida (R\$ mil)	Volume (mil ton)	Receita Líquida	Volume
Refratários	2.035,3	1.107	1.959,3	1.037	3,9%	6,8%
Minerais	131,1	674	158,0	882	-17,0%	-23,5%
Serviços	152,6	N/A	159,1	N/A	-4,1%	N/A
Total	2.319	1.781	2.276	1.919	1,9%	-7,2%

5 - DESTAQUES 2011

- Fluxo de caixa operacional recorde de R\$ 565,4 milhões, 54,8% superior a 2010;
- Lucro líquido de R\$ 98,6 milhões, 6,7% acima do obtido em 2010;
- Receita líquida de R\$ 2,3 bilhões, 1,9% superior a 2010, impulsionado pelo crescimento de 6,8% do volume de soluções refratárias;
- Capital de giro reduzido em R\$ 89,8 milhões ante 2010, com redução de 26 dias do ciclo de conversão de caixa;
- Redução no endividamento líquido em relação a 2010, fechando o ano com índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA) de 2,2x, contra 2,8x em 2010.

DESTAQUES PÓS 2011

- Assinatura do contrato de financiamento de R\$ 77,5 milhões, com prazo de oito anos, junto ao BNB, para o projeto de expansão em Brumado – BA;
- Octávio Lopes será o novo CEO da Magnesita – Em 29 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração da Magnesita aceitou o pedido de afastamento do Sr. Ronaldo Iabrudi do cargo de CEO da Companhia Para assumir essa posição, o Conselho elegeu o Sr. Octávio Lopes, que atuará como diretor por um período de transição de três meses, ao lado do Sr. Iabrudi, para então assumir a posição de CEO.

6 - CENÁRIO ECONÔMICO E SETORIAL

O ano de 2011 foi marcado pelas incertezas da crise da dívida pública europeia, iniciada na Grécia e que atingiu toda a Zona do Euro, causando o rebaixamento da nota de crédito (rating) de diversos países daquele continente. Apesar da certa resiliência por parte dos países considerados em desenvolvimento, como o Brasil e China, estes também foram afetados pela conjuntura internacional, refletindo na desaceleração no ritmo de crescimento.

Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), a projeção para o crescimento do PIB mundial é de 4,2% em 2011 e 4,6% em 2012. Para os Estados Unidos, a previsão é de um crescimento de 2,6% em 2011 enquanto a Zona do Euro deve crescer 2,2%. Devido aos cortes nas previsões para outros países emergentes em meio à crise de dívida na zona do euro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê alta de 3,6% para o PIB do Brasil em 2011, e 3,0% em 2012.

Na Zona do Euro, o endividamento de alguns países aumentou a desconfiança do mercado quanto a capacidade destes honrarem com sua dívida pública, dificultando o processo de rolagem da mesma. Espera-se por uma solução por parte das autoridades europeias ainda no primeiro trimestre deste ano. O setor siderúrgico brasileiro produziu 35,2 milhões de toneladas de aço bruto em 2011, segundo o Instituto Aço Brasil (IAB). Expansão de 6,8% em relação a 2010, em linha com o crescimento da produção mundial, divulgado pela World Steel Association (WSA), 1,5 bilhão de toneladas. Mesmo com valorização do real frente ao dólar, 12,1%, o que aumentou as importações de aço, a demanda interna ainda contribuiu para o aumento da produção nacional.

Em 2011, a produção na Ásia subiu 7,9%, para 988,2 milhões de toneladas, na comparação com 2010. A China, maior produtora de aço do mundo, produziu 695,5 milhões de toneladas de aço bruto, alta de 8,9% em relação a 2010. A União Europeia registrou um aumento de 2,8% em bases anuais, 177,4 milhões de toneladas. Na América do Norte, a produção de aço aumentou 6,8%, em 2011, para 118,9 milhões de toneladas. A produção de aço nos EUA subiu 7,1%, para 86,2 milhões de toneladas.

Com relação ao setor de cimento, no Brasil, as vendas atingiram o volume de 63,5 milhões de toneladas em 2011, expansão de 7,3% frente a 2010, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC). A região Sudeste foi a maior responsável pelo crescimento, com a produção 21,6 milhões de toneladas. De acordo com a revista International Cement Review, são esperados novos recordes de vendas em todo o mundo em 2012.

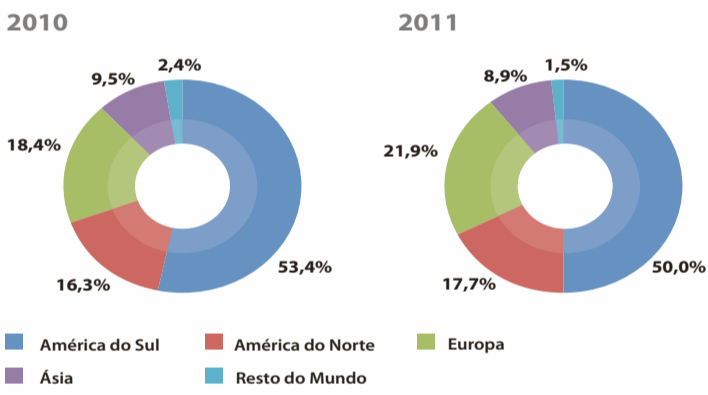
7 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Receita Líquida

A receita líquida consolidada da Companhia totalizou R\$ 2.318,9 milhões em 2011, o que representa um crescimento de 1,9% em relação a 2010. O ano de 2011 foi marcado por um primeiro semestre mais forte, seguido de um desaceleração verificada a partir de junho, quando a crise econômica na região da zona do euro começou a exercer impacto na demanda mundial. No último trimestre do ano, observamos uma queda forte da produção de aço do Brasil, nosso maior mercado.

Linha de produtos	Ano		Var. % (d/e)
	2011 (d)	2010 (e)	
Soluções refratárias			
Volume (t)	1.106.915	1.036.845	6,8%
Receita (R\$ mil)	2.035.282	1.959.285	3,9%
Minerais			
Volume (t)	674.350	881.755	-23,5%
Receita (R\$ mil)	131.052	157.970	-17,0%
Serviços			
Receita (R\$ mil)	152.569	159.129	-4,1%
Total			
Receita (R\$ mil)	2.318.903	2.276.384	1,9%

No ano de 2011, as operações na América do Norte e Europa obtiveram ganhos de market share, apresentando crescimento acima do nível da indústria. Com isso, essas operações aumentaram suas participações da receita consolidada do Grupo.



7.1.1. Soluções refratárias

A receita advinda do segmento de refratários atingiu R\$ 2.035,3 milhões, crescimento de 3,9% em relação a 2010. O volume de vendas cresceu 6,8%, principalmente na América do Norte e Europa, onde a Magnesita cresceu por meio de ganhos de market share. As vendas para a siderurgia representaram 85,4% da receita de refratários, com o setor industrial representando 14,6% das vendas. No setor industrial, o destaque para a indústria cimenteira, responsável por 67,2% das vendas para esse setor.

7.1.1.a. Soluções Refratárias - Siderurgia

As vendas para a siderurgia cresceram 5,4% frente ao ano de 2010 e atingiram R\$ 1.762,0 milhões. Destaca-se o crescimento das vendas nas operações da Europa, América do Norte e Ásia, onde a Companhia continua obtendo ganhos de market share. A receita dos contratos CPP atingiu R\$ 572,9 milhões e representou 32,9% das vendas para o setor de siderurgia. Fora da América do Sul, as vendas no modelo CPP cresceram 70,0%, em linha com a estratégia da Companhia de replicar esse modelo para outras regiões. No ano de 2011, foram firmados quatro novos contratos CPP, sendo um na América do Norte, um na América do Sul, um na Europa e um na Ásia, atingindo um total de 60 contratos ao redor do mundo.

7.1.1.b. Soluções Refratárias - Indústria

As vendas para o setor industrial atingiram R\$ 296,3 milhões, crescimento de 2,8% em relação a 2010, explicado pelo forte crescimento das vendas no quarto trimestre, em todas as regiões onde a Magnesita atua. Nesse segmento, destaca-se a indústria cimenteira, que alcançou uma receita de R\$ 199,2 milhões, representando 67,2% da receita de vendas de refratários para a indústria, contra 63,5% em 2010. Nos últimos anos, a Companhia vem buscando explorar nichos de mercado em que, historicamente, manteve pequena participação, o que reduz sua exposição e dependência a um único setor. Os outros setores industriais destacados são vidros, metais não-ferrosos e petroquímicos que atingiram uma receita de R\$ 97,0 milhões em 2011.

7.1.2. Minerais

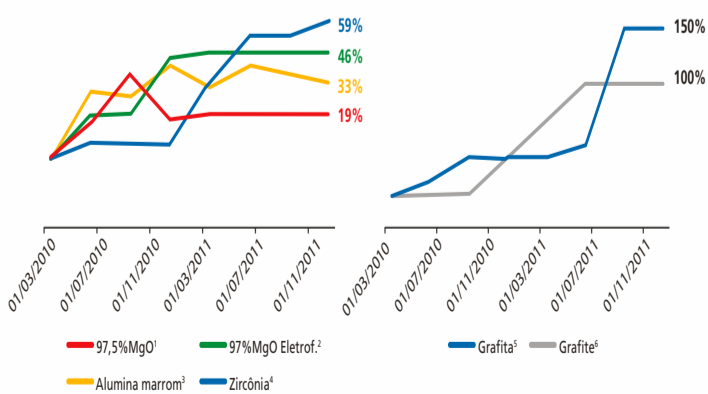
As vendas no segmento de minerais somaram R\$ 131,1 milhões, recuo de 17,0% em relação a 2010. A queda está relacionada ao menor excedente de sinter disponível para venda a terceiros, sobretudo em função do aumento no volume de refratários na Europa e América do Norte. Além disso, as obras de recuperação no porto de Aratu no início de 2011 impactaram o volume de exportação.

7.1.3. Serviços

Em 2011, a receita líquida de serviços atingiu R\$ 152,6 milhões, queda de 4,1% na comparação com o ano anterior. Em 2010, a receita foi impactada positivamente pela obra spot realizada no quarto trimestre.

7.2. Custos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos (CPV) em 2011 somou R\$ 1.588,8 milhões, o que representa aumento de 6,0% em relação a 2010, quando atingiu R\$ 1.498,6 milhões. O lucro bruto alcançou R\$ 730,1 milhões, com margem de 31,5%, contra uma margem de 34,2% em 2010. O setor de refratários passa por mudanças estruturais desde 2010, quando a China, maior detentora das reservas de matérias-primas para a produção de refratários, começou a impor barreiras às exportações, provocando aumentos relevantes nos preços. O ano de 2011 foi marcado por aumentos significativos nos preços de matérias-primas, além da pressão nos custos de combustíveis e fretes. Abaixo, o gráfico mostra a evolução nos preços de algumas das principais matérias-primas utilizadas na produção de refratários:



1 Magnesita, dead burned, 97,5% MgO, lump, FOB China, \$/t/tonne

2 Magnesita, fused, 97% MgO, lump, FOB China, \$/t/tonne

3 Alumina, brown fused, 95,5% min Al2O3, refractory sized, FOB China, \$/t/tonne

4 Zirconia, fused, monoclinic, refractory/abrasive grade, contract prices, CIF main European port, \$/t/tonne

5 Graphite, crystalline, large flake, 94-97% C, +80 mesh, FCL, CIF European port, \$/t/tonne

6 Graphite, crystalline, large flake, 90% C, CIF UK/main European port, \$/t/tonne

Fonte: Industrial Minerals.

Diante desse cenário, vale ressaltar a importância da verticalização na indústria de refratários. A Magnesita é atualmente a empresa mais verticalizada do mundo no seu segmento, o que garante uma menor volatilidade nas suas margens, além de ser a empresa com a maior rentabilidade do setor. A tendência é que os preços de algumas matérias-primas continuem subindo, principalmente dos materiais eletrofundidos e grafita. A Magnesita segue otimista com seus projetos de Brumado e Almenara, por meio dos quais busca atingir 90% de verticalização em 2013, o que garantirá um importante diferencial estratégico no setor mundial de refratários.

Margem Bruta por segmento

Margem por Linha de produtos	Ano		Var. % (d/e)
	2011 (d)	2010 (e)	
Refratários			
Lucro bruto (R\$ mil)	652.762	685.408	-4,8%
Margem bruta (%)	32,1%	35,0%	-291 bp
Minerais			
Lucro bruto (R\$ mil)	60.034	66.529	-9,8%
Margem bruta (%)	45,8%	42,1%	369 bp
Serviços			
Lucro bruto (R\$ mil)	17.294	25.813	-33,0%
Margem bruta (%)	11,3%	16,2%	-489 bp
Total			
Lucro bruto (R\$ mil)	730.090	777.750	-6,1%
Margem bruta (%)	31,5%	34,2%	-268 bp

A Magnesita tem adotado algumas iniciativas para melhorar sua rentabilidade. Dentre as medidas, vale destacar:

- O projeto de expansão em Brumado, onde o forno HW4 entrará em operação em abril de 2012, adicionando uma capacidade de 60 mil toneladas de sinter M-30 (>98% MgO). Essa medida tornará a Magnesita auto-suficiente nesse mineral, proporcionando redução de custos com a compra do mineral no mercado;
- A Companhia busca ativamente oportunidades de redução de custos de conversão e ganhos de eficiência operacional, principalmente, por meio de projetos de automação;
- O know how adquirido pela Companhia ao longo de mais de 20 anos desenvolvendo intensas pesquisas e experimentos em seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, permite oferecer aos seus clientes, refratários com maior durabilidade, proporcionando redução de custo por meio do modelo CPP (contrato onde a Magnesita recebe pelo volume de aço vazado e não pelo volume de refratário vendido);
- Por último, a flexibilidade do modelo da Magnesita, permite oferecer aos seus clientes produtos com custos de produção mais baixos, para atender a indústria nos momentos em que estas estão operando com capacidade ociosa e buscam reduções de custos.

7.3. Despesas Operacionais (vendas, gerais e administrativas)

Em 2011, as despesas operacionais, que incluem despesas com vendas, gerais e administrativas somaram R\$ 482,9 milhões, crescimento de 1,5% em relação ao ano de 2010. O aumento foi praticamente em linha com o crescimento da receita líquida (+1,9%). As despesas operacionais representaram 20,8% das vendas líquidas no ano de 2011, comparado a 20,9% em 2010, em linha com a estratégia da Companhia de buscar oportunidades de redução de custos e despesas operacionais.

Em relação à rubrica "outras receitas/despesas operacionais", a Companhia obteve um saldo líquido positivo de R\$ 77,0 milhões no ano, referentes à reversão de provisões fiscais, reversão de plano de saúde, ganhos líquidos em empreendimento imobiliário, além de outros itens que compuseram este saldo. Para detalhamento desta rubrica, favor consultar a Nota Explicativa 30 das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2011.

7.4. EBITDA e margem EBITDA

No ano, o EBITDA atingiu R\$ 427,4 milhões com margem de 18,4%, contra um EBITDA de R\$ 463,3 milhões e margem de 20,4% em 2010. A queda na margem decorre da redução da margem bruta e do aumento nos preços das matérias-primas, fretes e combustíveis em um ambiente pouco propício para o repasse destes aumentos de custos. Também contribuiu para a redução o crescimento relativo das despesas operacionais da América do Norte, Europa e Ásia, que operam com margens menores.

7.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em 2011 foi uma despesa de R\$ 121,4 milhões, representando uma queda de 36,9% em relação a 2010 (R\$ 192,3 milhões). A menor despesa financeira líquida se deve à redução da dívida líquida durante o ano de 2011, com forte geração de caixa operacional, redução do capital de giro e o aumento de capital realizado no começo do ano.

7.6. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Magnesita possui créditos tributários gerados em decorrência de prejuízos fiscais em exercícios anteriores e da amortização dos ágios fundamentados na rentabilidade futura ("goodwill") decorrentes de aquisições de controladas. Em 2011, a Companhia provisionou o montante de R\$ 71,5 milhões para o pagamento de imposto de renda e contribuição social, porém, em decorrência destes créditos, o desembolso caixa foi de R\$ 30,9 milhões.

7.7. Resultado Líquido

No ano, o lucro líquido atingiu R\$ 98,6 milhões, com margem líquida de 4,2%. O resultado é 6,7% superior ao obtido em 2010, de R\$ 92,3 milhões e margem líquida de 4,1%.

8 - INVESTIMENTOS

Ao final de 2010, a Companhia anunciou investimentos em projetos com o objetivo de aumentar o seu nível de verticalização em matérias-primas. Além de garantir o suprimento de matéria-prima para a Companhia, os projetos de verticalização proporcionarão à Magnesita menor volatilidade de suas margens e crescimento das vendas de minerais, segmento que tem apresentado margens crescentes.

O suprimento de matéria-prima tem se tornado cada vez mais estratégico devido à mudança na dinâmica do mercado chinês. Responsável pelo suprimento de 50% a 80% da necessidade global de diversas matérias-primas usadas na produção de refratários (dependendo do produto), o governo chinês passou a impor quotas de exportação, entre outras medidas restritivas de suprimento, o que provocou aumento significativo de preços. Conforme anunciado, a Companhia tem como estratégia elevar o seu grau de verticalização em matérias-primas para próximo de 90% até 2013.

Os investimentos nos projetos de verticalização foram elevados em 2011 e devem continuar em ritmo acelerado nos próximos dois anos. No ano, foram desembolsados R\$ 60,2 milhões para a expansão de 60.000 toneladas/ano da produção de sinter de magnesita (M-30), em Brumado - BA, aumentando a produção das atuais 180,0 mil t/ano para 240,0 mil t/ano. O restante será desembolsado nos primeiros quatro meses de 2012.

No ano, os investimentos somaram R\$ 170,9 milhões, sendo R\$ 110,7 milhões destinados para reformas, manutenção, adequações de sistemas, meio ambiente e investimentos em clientes e R\$ 60,2 milhões foram destinados ao projeto de verticalização.

Projetos de expansão em Brumado

Primeira fase – 60 mil toneladas por ano

Start-up em abril de 2012

O projeto da expansão em Brumado - BA de 180ktpa para 240ktpa de M-30 - sinter de magnesita de maior qualidade consiste na instalação de mais um forno HW ao lado de outros três idênticos, além de algum trabalho de alívio de gargalos para a maior produção.

Em junho, a Magnesita obteve a licença ambiental do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) para dar continuidade ao desenvolvimento do projeto. Com essa licença, a Companhia pode iniciar os trabalhos de campo. No AT11, as obras de montagem do forno estavam em estágio avançado e, portanto, a Companhia segue com a meta de start-up em abril de 2

Relatório da Administração – 2011

Em 2011, além da redução do nível de alavancagem, a Companhia buscou reduzir o custo da dívida e o alongamento no prazo de amortização. Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta da Companhia somava R\$ 1.727,7 milhões, sendo 7,2% com vencimento no curto prazo e o restante, 92,8%, no longo prazo. O custo médio da dívida no encerramento do ano era de 9,8%, contra 10,3% em 2010.

10 - MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Magnesita era de R\$ 2.528.146.113,65, dividido em 291.981.934 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, sob o código MAGG3, e integram os índices IGC, IBRX, ITAG, INDX, SMLL e IMAT. As ações também são negociadas via o programa de ADR - American Depositary Receipt - nível 1, nos Estados Unidos. A estrutura acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, era composta da seguinte forma:

NOME	ON	%
Grupo de Controle		
Alumina Holdings LLC (GP)	88.654.796	30,4%
GIF II Fundo de Investimentos em Participações (GAVEA)	4.663.623	1,6%
MAG Fundo de Investimentos em Participações (GP)	9.537.978	3,3%
GPCP4 Fundo de Investimentos em Participações (GP)	1.138.301	0,4%
Rearden L Holdings 3 S.A. R.L. (RHONE)	21.019.595	7,2%
TOTAL GRUPO DE CONTROLE	125.014.293	42,8%
Outros acionistas		
Fama Investimentos	20.297.234	7,0%
Outros	146.670.407	50,2%
TOTAL	291.981.934	100,0%

Aumento de Capital

Em 24 de fevereiro de 2011, a Magnesita concluiu oferta pública de distribuição primária de ações no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, onde foram emitidas 33,7 milhões de ações ao preço de R\$ 8,25 por ação, perfazendo um montante de R\$ 278,6 milhões. A realização da oferta foi aprovada em reunião do conselho de administração, realizada em 16 de dezembro de 2010. O aumento de capital foi homologado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2011, com o capital social passando de R\$ 2.388.844.863,97 para R\$ 2.528.146.113,65, dividido em 291.981.934 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os recursos da oferta foram utilizados na amortização de dívidas da Companhia. No ano de 2011, as ações da Magnesita apresentaram desvalorização de 43,4%, encerrando o ano cotadas a R\$ 5,77. No mesmo período, o Ibovespa sofreu desvalorização de 18,1%. O volume financeiro médio diário durante o ano foi de R\$ 3,9 milhões, com uma média de 648,3 mil ações negociadas por dia.

11 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Magnesita está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, buscando seguir as recomendações do Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. A Companhia acredita que o aprimoramento contínuo de suas práticas de governança contribui para o aumento do valor da Companhia, melhora de desempenho; facilita o acesso ao capital a custos mais baixos e; contribui para sua perenidade. Desde abril de 2008, a Magnesita segue as regras do mais alto nível de governança corporativa instituído pela BM&FBovespa, o Novo Mercado. A Companhia pauta seu relacionamento com os seus stakeholders sob os princípios da transparência, equidade, qualidade da prestação de contas e responsabilidade corporativa. A fim de dirimir conflitos de interesses, a Assembleia de Acionistas poderá dispor do sistema

de Arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração é composto por oito membros e igual número de suplentes, sendo dois deles (25%) conselheiros independentes.

O Conselho Fiscal é composto por cinco membros e igual número de suplentes, funcionando em caráter permanente.

A Magnesita conta com os comitês de plano de opções e de ética e conduta, que visam auxiliar a tomada de decisões e a representatividade dos interesses coletivos.

12 - MEIO AMBIENTE

A Magnesita é pioneira em logística reversa de resíduos refratários. Há cerca de dez anos, antes da lei que obriga a adoção de tal processo ser aprovada no Brasil, a área de pesquisa e desenvolvimento da Companhia vem aprimorando seus métodos para reaproveitamento quase integral dos refratários inutilizados. Para isso, foram criadas duas plantas específicas, a Magnesita Ecobusiness em Contagem - MG e outra em Coronel Fabriciano - MG. Uma equipe técnica totalmente dedicada à destinação dos resíduos refratários avalia o material enviado pelo cliente antes de encaminhá-lo para as plantas de reciclagem. A reciclagem gera novos produtos (refratários de baixa solicitação) e matérias-primas para novos refratários, pavimentação e construção.

No Brasil, a produção de resíduos refratários é estimada em 65,0 mil toneladas ao ano. Em 2011, a Magnesita reciclou 26,0 mil toneladas, equivalente a 40% do total gerado no Brasil. Desde o início do projeto, foram reciclados 10,2 mil toneladas de resíduos refratários de MgO, o que equivale a 25,5 mil toneladas de minério de Magnesita e 919,9 mil litros de óleo combustível. Além disso, cerca de 6,7 toneladas de CO₂ deixaram de ser emitidas na atmosfera (equivalente ao corte de 35,7 mil árvores). Como líder em soluções integradas em refratários e detentora de significativas reservas minerais no Brasil, China, Estados Unidos e Bélgica, a Magnesita acredita que a preservação do meio ambiente é uma garantia da manutenção dos negócios da Companhia. Toda a matéria-prima para a produção do sinter de magnesita e da doloma utilizados na sua produção de refratários é extraída dessas minas. A exploração é planejada com vistas a proteger todo o entorno das minas. Em 2011, foi recuperado aproximadamente 60.000 m² de áreas mineradas. A empresa também vem desenvolvendo trabalhos de educação ambiental junto às comunidades do entorno.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Magnesita foi certificado em conformidade com a norma internacional ISO 14001 nas unidades da Cidade Industrial de Contagem - MG, Brumado - BA, Terminal Marítimo de Aratu - BA e Serra - ES. O SGA está em fase de implantação em outras unidades da Companhia.

13 - RESPONSABILIDADE SOCIAL

A cada ano, o crescimento da Magnesita supera suas funções como geradora de empregos e pagadora de impostos, dentre outras distribuições mandatórias dos valores adicionados pelas suas atividades. O seu compromisso com o desenvolvimento das comunidades e com a proteção do meio ambiente ao seu entorno é valor vital e conta com o apoio da Administração na implementação de projetos e estabelecimento de parcerias. Um exemplo foi o patrocínio ao Projeto Inhotim em Cena e do músico André Aguiar, ambos realizados no estado de Minas Gerais.

Em Brumado – BA, a Magnesita contribui com o pagamento mensal das contas de luz e dos monitores de um espaço de aprendizado e oficinas de informática para os membros da comunidade. O projeto oferece cursos para 80 pessoas por mês, de crianças a idosos. Além disso, a cidade recebe o apoio da Magnesita para o projeto Cidadão do Futuro, que proporciona atividades esportivas e musicais a 200 crianças da Vila Presidente Vargas e região.

Em 2011, a companhia deu continuidade ao projeto PRISMA – Programa de Inclusão Social da Magnesita, com a formação de seus colaboradores em Libras (Linguagem Brasileira dos Sinais) com objetivo de incluir os deficientes auditivos na empresa. O projeto Portas Abertas, iniciado em 2010, ganhou reforço em 2011 e permitiu o estreitamento das relações entre colaboradores, familiares e empresa através da visita das famílias à matriz. Durante o ano, foram realizados três encontros com a participação de mais de 800 pessoas.

Saúde e Segurança são também fatores que compõem a percepção de responsabilidade social da Companhia. A Magnesita implantou e mantém um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional (SGSS) para os empregados de sua unidade de serviços localizada em Cubatão - SP que é certificada conforme a norma OHSAS 18001. Em 2010, a mesma certificação também foi concedida à unidade de serviços localizada no município de Serra - ES. O SGSS está em fase de implantação em outras unidades da Companhia. A Política de Saúde e Segurança e os certificados da Magnesita podem ser visualizados no website www.magnesita.com/A Empresa/Sistema de Qualidade.

14 - RECURSOS HUMANOS

Ao final de 2011, a Companhia contava com um quadro funcional de 6.782 colaboradores contra 7.765 em 2010. Geograficamente, o efetivo está distribuído da seguinte forma: América do Sul – 81,2%, Europa – 7,2%; América do Norte – 6,8% e Ásia – 4,8%.

A rotatividade durante o ano de 2011 foi de 4%, 60% maior que em 2010. Este aumento é explicado principalmente por reestruturações realizadas ao longo do ano. As movimentações no quadro funcional resultaram das reformulações administrativas e de algumas reestruturações focadas em obter maior produtividade.

A complexidade dos negócios da Companhia requer atenção na gestão dos planos de carreira e de sucessão e, por isso, desde 2008, foram realizados cinco programas de trainees e cinco de estagiários. Em 2011 foram admitidos 79 estagiários e 13 trainees globais. A introdução de jovens talentos possibilita o desenvolvimento de novos projetos, atuações em áreas estratégicas, oxigenação da empresa e maior alinhamento aos valores e competências da Magnesita. Em 2011, mesmo no cenário de reestruturação, conseguimos reter e admitir 60% destes potenciais.

Além da remuneração variável, a Magnesita oferece os seguintes benefícios aos seus empregados: Plano de Saúde e Dental, Cartão Farmácia, Cartão Supermercado, Cesta Básica, Empréstimo Consignado, Auxílio Creche, Seguro de Vida e Plano de Previdência Privada com objetivo de aposentadoria que pode alcançar até 75% do salário do participante.

A Companhia atua cada vez mais de forma meritocrática, reconhecendo os colaboradores que atuam de forma diferenciada e entregam resultados sustentáveis. Em 2011, foram concedidas 3.624 movimentações salariais por mérito, promoções e enquadramentos.

Ao término do exercício de 2011, o plano de aposentadoria contava com 7.147 participantes ativos, 241 participantes inativos, aposentados e pensionistas, 1.277 participantes diferidos e 48 autopatrocinados. A Magnesita contribui de 0,25% a 8,9% de acordo com o salário e a faixa etária do empregado.

Em iniciativas de treinamento e de desenvolvimento, a Companhia investiu aproximadamente R\$ 1,0 milhão, que corresponderam a 110.816 horas e um total de 5.791 participantes, significando uma média de 19 horas por pessoa.

15 – CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus administradores, e membros do conselho de administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

16 - RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política de atuação da Companhia e de suas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Durante o exercício de 2011, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada exclusivamente para prestação de serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, incluindo emissão de cartas de conforto relacionadas com o processo de emissão de ações no mercado.

17 - AGRADECIMENTOS

Concluindo, expressamos nossos agradecimentos aos clientes, acionistas e fornecedores pela decisiva colaboração que nos prestaram no exercício encerrado. Agradecemos também, de forma particular, aos nossos colaboradores pela valiosa e continuada dedicação à empresa.

Contagem, 07 de março de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)

Ativo	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	770.466	669.516	595.498	518.974
Aplicação em renda variável - Disponível para venda	43.842	-	43.842	-
Contas a receber de clientes (Nota 10)	-	-	-	-
Duplicatas a receber	485.564	481.590	325.801	346.690
Medições a faturar	19.979	16.201	19.979	16.201
Estoques (Nota 11)	601.708	530.856	234.590	252.276
Tributos sobre o lucro a recuperar	38.222	18.923	13.616	10.253
Outros tributos a recuperar (Nota 12)	64.624	48.291	39.199	36.388
Créditos por venda de imóvel (Nota 15)	13.025	605	13.025	605
Valores a receber - Eletrobrás (Nota 13)	-	65.189	-	65.189
Outros	26.562	29.356	5.173	641
	<u>2.063.992</u>	<u>1.860.527</u>	<u>1.290.723</u>	<u>1.247.217</u>
Não circulante				
Realizável a longo prazo	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 14 (a) e 14 (c))	45.854	53.461	-	2.326
Outros tributos a recuperar (Nota 12)	11.542	1.956	11.542	1.956
Depósitos judiciais (Nota 23)	21.660	17.808	9.731	10.681
Crédito por venda de imóvel (Nota 15)	7.946	69.007	7.946	69.007
Benefício fiscal na incorporação de acionista (Nota 3.11)	62.211	71.099	62.211	71.099
Créditos com controladas (Nota 16 (c))	-	-	56.983	49.148
	<u>149.213</u>	<u>213.331</u>	<u>148.413</u>	<u>204.217</u>
Investimentos				
Em controladas (Nota 16)	-	-	-	-
Valor contábil	-	-	718.198	650.432
Ágio	-	-	318.791	284.988
Outros	1.179	1.351	656	950
Imobilizado (Nota 17)	898.017	783.135	447.956	337.124
Intangível (Nota 18)	2.221.768	2.112.749	1.082.683	1.082.366
	<u>3.270.177</u>	<u>3.110.566</u>	<u>2.716.697</u>	<u>2.560.077</u>
Total do ativo	5.334.169	4.971.093	4.007.420	3.807.294

Passivo e patrimônio líquido	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Fornecedores	346.047	196.008	163.004	85.273
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	110.212	111.423	85.479	105.010
Juros de título da dívida de longo prazo (Nota 21)	14.587	13.448	-	-
Salários, provisões e contribuições sociais	90.763	86.933	60.438	59.743
Tributos sobre o lucro a recolher	14.885	29.161	-	-
Outros tributos a recolher (Nota 22)	36.992	30.454	18.367	20.953
Dividendos e juros sobre o capital próprio	9.437	432	9.415	410
Obrigações com cessões de direitos	4.267	7.467	4.267	7.467
Outras obrigações	62.008	32.568	29.153	8.990
	<u>689.198</u>	<u>507.894</u>	<u>370.123</u>	<u>287.846</u>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	871.021	1.199.635	853.455	1.169.506
Títulos de dívida de longo prazo (Nota 21)	731.898	647.569	-	-
Provisão para contingências (Nota 23)	63.898	94.141	63.886	94.130
Obrigações pós-emprego (Nota 24)	222.926	241.817	51.056	54.466
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 14 (a) e 14 (c))	83.463	49.421	30.569	-
Outros	18.604	14.976	-	-
	<u>1.991.810</u>	<u>2.247.559</u>	<u>998.966</u>	<u>1.318.102</u>
Patrimônio líquido (Nota 25)				
Capital social	2.528.146	2.388.845	2.528.146	2.388.845
Reservas de capital	234.326	104.576	234.326	104.576
Reserva de lucros	34.130	3.495	34.130	3.495
Ajustes de avaliação patrimonial	(158.271)	(227.796)	(158.271)	(227.796)
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(67.774)	-	(67.774)
Controladores	2.638.331	2.201.346	2.638.331	2.201.346
Participação de acionistas não-controladores	14.830	14.294	-	-
	<u>2.653.161</u>	<u>2.215.640</u>	<u>2.638.331</u>	<u>2.201.346</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	5.334.169	4.971.093	4.007.420	3.807.294

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

Operações continuadas	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receita líquida de vendas e serviços (Nota 33)	2.318.903	2.276.384	1.168.673	1.258.105
Custo dos produtos e serviços vendidos	(1.588.813)	(1.498.634)	(782.024)	(805.617)
Lucro bruto	730.090	777.750	386.649	452.488
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	(251.923)	(246.265)	(127.763)	(129.705)
Gerais e administrativas	(224.909)	(224.158)	(117.279)	(124.313)
Opções de ações (Nota 27)	(6.052)	(5.450)	(6.052)	(5.450)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 16)	-	-	12.866	11.666
Impairment (Nota 19)	(32.824)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 30)	77.043	38.270	49.067	31.216
Lucro operacional antes do resultado financeiro	291.425	340.147	197.488	235.902
Resultado financeiro (Nota 31)				
Receitas financeiras	108.785	67.527	98.042	38.300
Despesas financeiras	(230.197)	(259.808)	(147.497)	(140.385)
	<u>(121.412)</u>	<u>(192.281)</u>	<u>(49.455)</u>	<u>(102.085)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	170.013	147.866	148.033	133.817
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14 (b))				
Corrente	(36.701)	(4.644)	(26.114)	802
Diferido	(34.762)	(50.878)	(24.008)	(42.854)
Lucro líquido do exercício	98.550	92.344	97.911	91.765
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	97.911	91.765	97.911	91.765
Participação de acionistas não-controladores	639	579	-	-
	<u>98.550</u>	<u>92.344</u>	<u>97.911</u>	<u>91.765</u>
Lucro líquido do exercício por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)				
Lucro básico por ação (Nota 32 (a))	0,34	0,36	-	-
Lucro diluído por ação (Nota 32 (b))	0,33	0,34	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Receitas	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.658.502	2.658.603	1.495.262	1.627.107
Outras receitas	64.771	54.855	69.619	41.808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	259	(2.085)	259	223
	<u>2.723.532</u>	<u>2.711.373</u>	<u>1.565.140</u>	<u>1.669.138</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, e dos serviços vendidos	(1.292.573)	(1.221.884)	(716.313)	(775.139)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(491.179)	(478.425)	(259.527)	(260.189)
	<u>(1.783.752)</u>	<u>(1.700.309)</u>	<u>(975.840)</u>	<u>(1.035.328)</u>
Valor adicionado bruto	939.780	1.011.064	589.300	633.810
Depreciação, amortização e exaustão	(135.978)	(121.603)	(48.728)	(62.039)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	803.802	889.461	540.57	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Participação dos controladores											Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de capital - Reserva ágio na emissão de ações	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital - Especial - Lei nº 8200/91	Reserva de capital - Reserva especial - Incorporação de ágio	Opções de ações outorgadas	Reserva de Lucros - Reinvestimentos	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Participação dos não controladores		
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.386.032	26	(1.226)	5.973	88.874	5.479	2.856	-	(118.507)	(149.299)	2.220.208	16.134	2.236.342
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91.765	91.765	579	92.344
Varição cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.289)	-	(109.289)	(2.419)	(111.708)
Ajuste - Plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.240)	(10.240)	-	(10.240)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.289)	81.525	(27.764)	(1.840)	(29.604)
Aumento de capital (Nota 25):													
Em espécie	2.813	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.813	-	2.813
Opções de ações outorgadas	-	-	-	-	-	5.450	-	-	-	-	5.450	-	5.450
Juros s/capital prescritos	-	-	-	-	-	-	639	-	-	-	639	-	639
Total de transações com acionistas	2.813	-	-	-	-	5.450	639	-	-	-	8.902	-	8.902
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.388.845	26	(1.226)	5.973	88.874	10.929	3.495	-	(227.796)	(67.774)	2.201.346	14.294	2.215.600
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97.911	97.911	639	98.550
Avaliação atuarial com benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.503	9.503	-	9.503
Varição cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	69.525	-	69.525	(103)	69.422
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	69.525	107.414	176.939	536	177.475
Aumento de capital (Nota 25):													
Em espécie	139.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	139.301	-	139.301
Opções de ações outorgadas	-	-	-	-	-	6.052	-	-	-	-	6.052	-	6.052
Reserva emissão de ações	-	139.301	-	-	-	-	-	-	-	-	139.301	-	139.301
Gastos com emissão de ações	-	-	(15.603)	-	-	-	-	-	-	-	(15.603)	-	(15.603)
Juros s/capital prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	410	410	-	410
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	1.982	-	(1.982)	-	-	-
Reserva de reinvestimento	-	-	-	-	-	-	28.653	-	-	(28.653)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.415)	(9.415)	-	(9.415)
Total de transações com acionistas	139.301	139.301	(15.603)	-	-	6.052	28.653	1.982	-	(39.640)	260.046	-	260.046
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.528.146	139.327	(16.829)	5.973	88.874	16.981	32.148	1.982	(158.271)	-	2.638.331	14.830	2.653.161

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Magnesita Refratários S.A. (a "Companhia" ou "Magnesita"), controlada por meio de veículos de investimentos do GP Investments, Ltd., do Grupo Rhône e da Gávea Investimentos, é uma companhia aberta listada no Novo Mercado da BM&F BOVESPA que, juntamente com suas controladas localizadas na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia, dedica-se, principalmente, à fabricação de refratários, produto essencial nos processos que utilizam temperaturas elevadas. Seus produtos são constituídos a base de Magnesita ou dolomita e apresentam-se nas mais variadas formas, sendo as principais: tijolos, massas, argamassas e concretos. Aproveitando a sinergia com os clientes, a Companhia ainda presta serviços de manutenção eletromecânica e montagem refratária. Além da planta situada em Contagem, MG, Brasil (sede da Companhia), a Companhia possui plantas para produção de materiais refratários através das seguintes controladas e participações em conjunto:

- Magnesita Insider Refratários Ltda. - Brasil
- Refractories Argentinos S.A.I.C.Y.M. - Argentina
- Magnesita Refractories Company - Estados Unidos
- Magnesita Refractories GmbH - Alemanha
- Magnesita Resource S.C.S. - França
- Magnesita Resource (Anhui) Co. Ltd. - China
- Shanxi LWB Taigang Refractories Company Ltd. - China
- Sinterco S.A. - Bélgica
- Krosaki Magnesita Refractories LLC - Estados Unidos
- Magnesita Envoy Asia Ltd. - Taiwan

Além destas controladas, a Companhia possui outras controladas, diretas e indiretas, holdings, comerciais, de mineração ou não-operacionais, que compõem as demonstrações financeiras consolidadas ("Grupo Magnesita" ou "Grupo").

2 Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 6 de março de 2012.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas práticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da Magnesita estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM ("BR GAAP"). As demonstrações financeiras consolidadas também foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

3.2 Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem as da Controladora e das seguintes empresas controladas:

	31/12/2011	31/12/2010
Iliama II, Trading (Sociedade Pessoal)	100	100
LWB Island Company Ltd. e suas controladas (*)	100	100
Magnesita Grundstücks Beteiligungs GmbH	100	100
Magnesita Refractories Corporation	-	100
Magnesita Insider Refratários Ltda. (**)	100	100
MAG-Tec Ltda.	100	100
Metal Data S.A. - Metalurgia e Mineração	50	-
RASA - Refractories Argentinos S.A.I.C.Y.M e sua controlada	100	100
Refractories Magnesita Colombia S.A.	100	100
Refractories Magnesita Peru S.A.C.	100	100
Refractories Magnesita Uruguay S.A.	100	100

(*) Existem joint-ventures nesta empresa controlada em que o Grupo Magnesita não possui a participação integral. A participação do Grupo é de 70% na Sinterco S.A. (Bélgica), 51% na Shanxi LWB Taigang Refractories Company Ltd. (China), os quais são consolidadas integralmente, 40% na Krosaki Magnesita Refractories LLC (Estados Unidos) e 50% na Magnesita Envoy Asia Ltd. (Taiwan), consolidadas proporcionalmente.

(**) Antiga MAG-Sé Participações Ltda.

Os exercícios sociais das controladas diretas e indiretas são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas empresas consolidadas. As demonstrações financeiras das controladas com operações no exterior são convertidas para Reais (R\$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, da seguinte forma:

- Ativos e passivos pela taxa de fechamento na data do balanço.
 - As mutações do patrimônio líquido no exercício pelas taxas vigentes nas datas em que ocorreram, sendo o patrimônio líquido inicial de cada balanço representado pelo patrimônio líquido do final do exercício anterior, conforme convertido naquela data.
 - As receitas e despesas da demonstração do resultado pelas taxas médias do período.
 - As variações cambiais decorrentes dos itens (i), (ii) e (iii) acima são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão, dentro do grupo "Ajuste de avaliação patrimonial".
- O processo de consolidação das controladas diretas e indiretas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:
- das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas;
 - dos saldos de contas correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas, inclusive resultados não realizados; e
 - identificação da participação dos acionistas não controladores.

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração - Grupo de Controle responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

3.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada e controlada em conjunto incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração da Companhia considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo de seus insumos de produção é pago ou incorrido, dentre outros indicadores. As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Magnesita.

(b) Transações e saldos

As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro. A variação cambial do investimento em controladas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia, é registrada no Resultado Abrangente, e somente são registrados no resultado do exercício na proporção de eventual venda ou baixa por perda ou perecimento.

(c) Empresas do Grupo Magnesita

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo Magnesita (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, de acordo com o detalhado na Nota 3.2. O ágio decorrente da aquisição de uma entidade no exterior é tratado como ativo da entidade no exterior e convertido pela taxa de fechamento.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 9).

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

b. Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses

após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

c. Valor justo

Os valores justos dos ativos financeiros referidos acima com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

d. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos circulantes, a menos que a administração não pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

3.6.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.3 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.

As variações cambiais no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no resultado.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.6.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo Magnesita avalia na data do balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo Magnesita utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo Magnesita avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, o Grupo Magnesita pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.7 Instrumentos derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado. Apesar de utilizar os derivativos para fins de hedge, o Grupo Magnesita não faz uso da contabilização de hedge.

As variações no valor justo desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, como resultado financeiro.

3.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, que compreendem os montantes já faturados ou a faturar, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para impairment. A provisão para perdas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo Magnesita não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas, consistente com a política de impairment de ativos financeiros ao custo amortizado.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais aplicáveis. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias primas, mão-de-obra direta e indireta, outros custos diretos e indiretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O Imposto sobre a Renda - Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculados com base no resultado, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação, inclusive pelas determinações do Regime Tributário de Transição ("RTT"), e são calculados às alíquotas vigentes (25% e 9%, respectivamente), conforme descrito na Nota 14. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Os passivos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos são integralmente reconhecidos enquanto que o ativo depende da probabilidade de sua realização. O reconhecimento dos créditos tributários é baseado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros elaborado e fundamentado em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O referido estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração.

3.11 Benefício fiscal na incorporação de acionista

Com a incorporação, pela Companhia, de empresa detentora de 10,97% do seu capital social, o ágio decorrente da aquisição destas ações, registrado no ativo intangível da incorporada, foi reduzido por provisão nos termos da Instrução CVM no 349/01, tendo sido constituída uma reserva especial em contrapartida do valor líquido incorporado. Quando utilizada para aumento de capital, a reserva beneficiará a todos os acionistas. O saldo líquido desse ágio representa o valor do benefício fiscal esperado quando da sua amortização e está classificado no ativo não circulante - realizável a longo prazo.

3.12 Investimentos - Controladora

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa ou receita operacional. As variações cambiais de investimentos em controladas no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

3.13 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição, ao custo histórico ajustado pelos efeitos da hiperinflação, uma vez que o Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente, enquanto o componente substituído é baixado. Os custos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.

O Grupo Magnesita agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros

e, quando aplicável, a variação cambial incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Média ponderada - Anos	
Edificações e benfeitorias	26
Máquinas, instalações e equipamentos	15
Equipamentos de transporte	18
Móveis, utensílios e outros	

Magnesita baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

- a. Venda de produtos
- A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.
- b. Venda de serviços
- A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.
- c. Receita financeira
- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei, somente são provisionados na data em que são aprovados pela Assembléia Geral dos Acionistas.

3.22 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

As seguintes normas abaixo foram revisadas ou emitidas em 2011 e ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A listagem é de normas ou interpretações que a Companhia espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho com sua aplicação em data futura. O Grupo pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
- Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. Entrará em vigor em 1º de janeiro de 2012.
- IAS 12 - Imposto de Renda - Recuperação dos Ativos Subjacentes
- Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. Esta emenda entra em vigor em 1º de janeiro de 2012.
- IAS 19 - Benefícios aos Empregados (Emenda)
- O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor em 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011)
- Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)
- Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas

Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras do Grupo compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrou em vigor a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira do Grupo.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração
- Refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39, porém simplifica as categorias de mensuração para custo amortizado e valor justo. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas
- As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 - Acordos Conjuntos
- Classifica os acordos em conjunto como joint venture e operações conjuntas os quais serão reconhecidos pela equivalência patrimonial e consolidação integral, respectivamente. Entrará em vigor em 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo
- Fornecer orientações mais claras para a aplicação e mensuração do valor justo. Entrará em vigor em 1º de janeiro de 2013.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo Magnesita faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (impairment) estimativa de ativos não financeiros

Anualmente, o Grupo Magnesita testa eventuais perdas (impairment) de ativos não financeiros tais como o ágio ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC), de acordo com a prática contábil apresentada na Nota 3.15 e premissas descritas na Nota 19. Os valores recuperáveis dos grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Com base nessas estimativas, foi identificado um impairment na UGC do investimento na China em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$ 37.729.

(b) Imposto de renda e contribuição social

O Grupo Magnesita está sujeito ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. O Grupo Magnesita reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo Magnesita revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo Magnesita utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando uma variação provável com base em índices do mercado e deterioração de 25% e 50% sobre o cenário provável, estão demonstradas na Nota 5.4.

(d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. O Grupo Magnesita determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo Magnesita considera as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 24. A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo relacionado com a dívida contratada para cobertura da insuficiência de reservas.

(e) Provisões para contingências

Como descrito na Nota 23, o Grupo Magnesita é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, ao Grupo Magnesita. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo Magnesita o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo Magnesita. O Grupo Magnesita utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo Magnesita. O Conselho de Administração estabelece normas e políticas, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Política de utilização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. A Companhia adota uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A referida política tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações, e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. A Companhia realiza operações de derivativos visando sempre proteger seus passivos financeiros e reduzir sua exposição cambial, com o objetivo de evitar o descasamento entre moedas e reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

b. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia gerencia seus riscos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, por meio do gerenciamento das taxas de câmbio, taxas de juros e condições de mercado. A gestão de riscos financeiros é determinada por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos e a política de proteção patrimonial, permitindo a realização de operações de hedge (proteção) e por meio das decisões do Conselho de Administração.

A Companhia não tem a prática de efetuar operações especulativas. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos são: taxas de câmbio, taxas de juros e preços de produtos. As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha e que são monitoradas regularmente, com avaliação dos limites e exposições de risco de crédito das suas contrapartes.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A política de vendas da Companhia e de suas controladas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é obtido por meio de uma análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento, balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber (pulverização do risco). No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, o Grupo Magnesita tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de instituições que foram avaliadas por uma agência de rating conceituada (Moody's, S&P, Fitch) e classificadas com rating mínimo "AA", tanto para aplicações em instituições brasileiras como estrangeiras. Nenhuma instituição financeira detém, isoladamente, mais de 20% do total das aplicações financeiras e demais investimentos do Grupo Magnesita, considerando-se o montante total aplicado.

d. Risco de liquidez

A Companhia adota uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração

desse recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes do Grupo Magnesita por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e rating, visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, definir nível de concentração de suas operações, controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e pulverizar risco de liquidez. A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Esta previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida do Grupo Magnesita. Em todo o trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de covenants e metas internas do nível de alavancagem. A tesouraria monitora as previsões contidas no Fluxo de Caixa Direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, de investimentos e o devido cumprimento de pagamento de suas obrigações. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerenciado pela tesouraria. A tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo Magnesita mantinha títulos e valores mobiliários de R\$ 564.577 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 518.159) que se espera serem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

e. Riscos de mercado:

(i) Risco cambial

O Grupo Magnesita atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. A política financeira do Grupo Magnesita destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir custos, diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, proteger-se da exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas. Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de swap e ter ativos vinculados a correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	Em R\$ mil - 31/12/2011		Em R\$ mil - 31/12/2010	
	USD	€ moedas	USD	€ moedas
Ativos e passivos em moeda estrangeira				
Caixa e bancos	62.551	98.043	42.423	58.569
Títulos e valores mobiliários		600	108	3.720
Aplicações financeiras renda variável		43.842	-	-
Contas a receber, líquidas de provisão para riscos de crédito	121.993	135.582	51.530	83.330
Fornecedores	(84.512)	(87.912)	(26.863)	(47.323)
Empréstimos e financiamentos	(168.192)	(12.623)	-	(181.222)
Emissão títulos de dívida	(731.898)	-	-	(647.569)
Outros passivos monetários líquidos no exterior	(61.416)	(147.963)	(49.129)	(65.794)
	(861.474)	(29.569)	(18.069)	(796.289)

Os empréstimos vinculados à variação do dólar americano estão suportados por transações realizadas nos Estados Unidos e Europa, além de exportações da Controladora nessa moeda. O excedente foi objeto de contratação de operação de hedge para os riscos de perda cambial. Portanto, a Administração entende que o risco desta variação cambial está mitigado por tais operações.

(ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo Magnesita decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo Magnesita ao risco de taxa de juros. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo Magnesita ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política financeira do Grupo Magnesita destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuante por taxas de juros fixa ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por índices em moeda local.

Durante os anos de 2011 e 2010, os empréstimos do Grupo Magnesita às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólar dos Estados Unidos.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos e títulos de dívida de longo prazo no passivo circulante e no passivo não circulante podem ser demonstradas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	% 31/12/2010	31/12/2011	% 31/12/2010
Empréstimos e financiamentos				
Pré-fixada	43.901	6	60.448	5
TJLP	623	-	75.172	6
Libor	97.056	10	86.168	6
CDI	839.653	84	1.089.270	83
	981.233	100	1.311.058	100
Títulos de dívida de longo prazo				
Pré-fixado	731.898	100	647.569	100

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo Magnesita ao administrar seu capital são de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo Magnesita monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e títulos da dívida de longo prazo subtraído o montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de dívida sobre patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Total dos empréstimos, financiamentos e título da dívida de longo prazo	1.729.114	1.972.075	940.330	1.275.912
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(770.466)	(669.516)	(595.498)	(518.974)
Dívida líquida	958.648	1.302.559	344.832	756.938
Total do Patrimônio Líquido	2.653.161	2.215.640	2.638.331	2.201.346
Total do Capital	3.611.809	3.518.199	2.983.163	2.958.284
Índice de alavancagem financeira	27%	37%	12%	26%

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis das contas a receber de clientes, menos a provisão para perdas, e das contas a pagar aos fornecedores sejam próximos de seus valores justos devido ao seu curto prazo de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo Magnesita para instrumentos financeiros similares. Para as operações de swap e NDF, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do site da BM&F, Broadcast e Bloomberg. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

O Grupo Magnesita aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

Os ativos e passivos do Grupo Magnesita mensurados pelo valor justo por meio do resultado compreendem basicamente os instrumentos financeiros derivativos, que são classificados em nível 2.

5.4 Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Nossa análise considera os seguintes riscos:

1. Contratos de derivativos elaborados para risco de câmbio. Neste caso a Administração considerou como cenário I, um cenário razoavelmente possível, sendo o valor justo dos contratos em 31 de dezembro de 2011. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações das taxas em 25% e 50% respectivamente, sobre o cenário I, considerando essas hipóteses para a data 31 de dezembro de 2011. Esta análise leva a seguinte posição:

Operação	Risco	Ganho (Perda)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Alemanha (hedge) Swap	Valorização do euro frente ao dólar	5.568	(80.517)	(166.601)
Reino Unido (hedge) NDF	Valorização da libra frente ao euro	374	(3.174)	(10.270)
Brasil (hedge) NDF	Valorização do dólar frente ao real	351	351	351

2. Risco de taxa de juros: consideramos como cenário I (razoavelmente possível) a previsão do Banco Central do Brasil para as taxas do CDI e libor para o ano de 2011. Adicionalmente, os cenários II e III foram calculados com deterioração da taxa do CDI e libor em 25% e 50%, respectivamente, sobre o cenário I, considerando estas hipóteses para o ano de 2011. No caso da taxa libor (0,65% para cenário I, 0,81% para cenário II e 0,97% para cenário III). Esta situação levaria ao seguinte valor das despesas financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2011, considerando a parte pós-fixada da taxa de juros:

Operação	Risco	Despesa financeira		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de nota de crédito de exportação	CDI	9.266	(21.070)	(42.021)
Pré-pagamento de exportação	Libor	(311)	(2.727)	(4.131)

Na avaliação da administração, as variações futuras nestas taxas pós-fixadas de juros não gerariam efeitos que não pudessem ser suportados pelo negócio da Companhia.

6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contrata operações de derivativos com fins especulativos e geralmente não as liquida antes de seus respectivos vencimentos.

A Companhia monitora os riscos cambiais decorrentes do seu endividamento em moedas estrangeiras excedentes ao volume das operações existentes nestas moedas. Este monitoramento considera, ainda, a evolução das taxas de câmbio, especialmente o Dólar e o Euro, para tomada de decisão quanto a contratação de operações de swap.

Dessa forma durante o 2º trimestre de 2010 a controlada indireta Rearden G Holdings Eins GmbH contratou operação de swap. Tendo em vista o maior valor da dívida em Dólar frente as operações do Grupo Magnesita nesta moeda, a aquisição desta operação foi no mercado de balcão com o banco Itaú BBA S.A. Além disso, o Grupo Magnesita possui contratos de "NDF" de taxa cambial para proteger o risco cambial de aquisições de matérias-primas.

Descrição	Faixas de vencimento	Consolidado - 31/12/2011	
		Valor referencial (nacional)	Valor justo R\$
Proteção de taxas de câmbio:			
Alemanha - Swap	30/03/2015		
Posição ativa		US\$ 150.000	5.568
Posição passiva		Euro 118.110	-
Reino Unido - NDF	29/10/2010 a 31/03/2012		
Posição ativa		GBP 4.340	374
Posição passiva		Euro 4.896	-
Brasil - NDF	13/03/2012		
Posição ativa		US\$ 15.000	(1.714)
Posição passiva		R\$ 26.685	-
Brasil - NDF	13/03/2012		
Posição ativa		R\$ 26.316	2.065
Posição passiva		US\$ 15.000	-

7 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		Controladora	
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis
Ativos				
31 de dezembro de 2011				
Caixas e equivalentes de caixa	-	205.889	-	55.805
- Caixa e banco	-	564.577	-	539.693
- CDB e Compromissadas	43.842	-	43.842	-
Aplicações financeiras renda variável	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	505.543	-	345.780
Instrumentos financeiros derivativos	5.568	-	-	-
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	-	20.971	-	20.971
	49.410	1.296.980	43.842	962.249

	Consolidado		Controladora	
	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Passivos				
31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos	-	981.233	-	938.934
Fornecedores, empreiteiros e fretes	-	346.047	-	163.004
	-	1.327.280	-	1.101.938

	Consolidado		Controladora	
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Crédito Eletrobrás

Em 2006, ocorreu o trânsito em julgado de ação judicial em que a Magnesita S.A. discutia a correção monetária plena incidente sobre os empréstimos compulsórios à Centrais Elétricas S.A. - Eletrobrás. A Eletrobrás foi condenada a pagar uma quantia apurada em laudo pericial, além de entregar ações de sua emissão à Magnesita S.A.

Posteriormente, a Companhia impetrou ação de cobrança contra a Eletrobrás visando o recebimento dos valores relacionados com a ação transitada em julgado, sendo que parte do valor pleiteado pela Companhia, no montante de aproximadamente R\$ 8.100 foi reconhecido pela Eletrobrás e registrado nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 2006. A ação de cobrança do valor não reconhecido pela Eletrobrás teve continuidade, ocorrendo, inclusive, depósito judicial no montante de R\$ 69.687 em agosto de 2007 por parte da Eletrobrás.

Em 14 de fevereiro de 2011, a Companhia efetuou o levantamento do depósito judicial de R\$69.895, corrigido e líquido dos honorários advocatícios.

14 Imposto de renda e contribuição social

(a) Créditos tributários

A Companhia reconhece no realizável a longo prazo créditos tributários de imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) sobre adições intertemporais e prejuízos fiscais, cuja realização não exceda a expectativa de lucros tributáveis futuros. Os créditos tributários, demonstrados por natureza de tais adições intertemporais, são como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Créditos tributários sobre adições temporárias				
Provisão para perdas do ativo permanente	313	890	313	890
Provisão para contingências	15.492	25.431	15.492	25.431
Obrigações pós-emprego	48.712	55.989	17.359	18.519
Provisão para gratificações	9.840	10.212	9.840	10.212
Outros	17.706	17.392	3.205	3.727
	92.063	109.914	46.209	58.779
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	229.235	165.530	229.235	165.530
Total do crédito tributário	321.298	275.444	275.444	224.309

A realização dos créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis, nos termos da legislação fiscal em vigor, bem como à geração de lucros tributáveis futuros.

As projeções de resultado disponíveis, combinadas com o histórico de suas operações, indicam que a Companhia e suas controladas irão auferir lucros tributáveis futuros em montante suficiente para absorver referido ativo. As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas.

A administração estima que a realização do ativo fiscal diferido se dará conforme demonstrado a seguir:

	Provisão para perdas do ativo	Provisão para contingências	Obrigações pós-emprego	Provisão para gratificações	Outros	Prejuízo fiscal e Base negativa	Total
1 ano	-	1.549	1.159	9.840	-	-	12.548
2 ano	-	1.549	1.159	-	-	-	2.708
3 ano	313	1.549	1.159	-	17.706	-	39.066
4 ano	-	1.549	1.159	-	-	-	37.093
5 ano	-	1.549	1.159	-	-	-	43.971
6 ao 8 ano	-	4.647	3.478	-	-	135.248	143.373
9 ao 11 ano	-	3.100	3.478	-	-	-	6.578
Após 11 anos	-	-	35.961	-	-	-	35.961
Saldo 31/12/2011	313	15.492	48.712	9.840	17.706	229.235	321.298

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social é gerado principalmente em decorrência da amortização dos ágios fundamentados na rentabilidade futura ("goodwill") decorrentes de aquisições de controladas. Tais ágios têm prazos de amortização previstos para finalizar em 2013 (saldo de R\$ 284.202) e em 2018 (saldo de R\$ 421.502) os quais fundamentam a expectativa da Administração na realização deste crédito.

Ressalte-se que os créditos tributários contabilizados estão suportados pelo estudo técnico a que se refere a Instrução CVM nº 371/02.

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	170.013	147.866	148.033	133.817
Alíquota nominal combinada - %	34%	34%	34%	34%
Benefício fiscal à alíquota nominal	(57.805)	(50.274)	(50.331)	(45.498)
Imposto e contribuição sobre				
Constituição de provisão contingente	-	804	-	804
Equivalência patrimonial	-	-	4.374	3.966
Efeito de alíquotas diferentes de subsidiárias localizadas em outras jurisdições	(14.146)	(3.822)	-	-
Efeito da regra de limitação da dedutibilidade dos juros na Alemanha	(4.352)	(9.641)	-	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	4.840	7.411	(4.165)	(1.324)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(71.463)	(55.522)	(50.122)	(42.052)
Corrente	(36.701)	(4.644)	(26.114)	802
Diferido	(34.762)	(50.878)	(24.008)	(42.854)

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo não circulante

Pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Impostos diferidos sobre lucro imobiliário	-	9.941	-	9.941
Impostos diferidos sobre amortização fiscal de ágio (i)	297.678	198.452	297.678	198.452
CSLL sobre incentivos fiscais	1.788	1.788	1.788	1.787
Impostos diferidos sobre depreciação fiscal acelerada	52.894	49.420	-	-
Outros	6.547	11.803	6.547	11.803
	358.907	271.404	306.013	221.983

(i) A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios por expectativa de rentabilidade futura deixaram de ser amortizados contabilmente, conforme pronunciamento técnico CPC 13. A Companhia vem reconhecendo, nos termos da Lei 11.941/09, através do Regime Tributário de Transição, a amortização fiscal destes ágios. O efeito fiscal desta amortização ensejou a contabilização de IR e CS diferidos.

15 Créditos por venda de imóvel

No 1º semestre de 2008, a Companhia, através de sua então controlada integral Risa Refratários e Isolantes Ltda. (incorporada em abril de 2008), firmou contratos de venda com "players" relevantes do mercado imobiliário, que adquiriram partes distintas do empreendimento imobiliário localizado na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, denominado "Espaço Cerâmica", com área total de 195.938,06 m². Estes "players" estão desenvolvendo projetos imobiliários, como exploração residencial, comercial e implementação de "shopping center". No ano de 2000, havia sido firmada uma parceria com a Sobloco Construtora S.A., empresa de reconhecida atuação no mercado imobiliário, pela qual pactuou-se a realização conjunta de empreendimento imobiliário neste imóvel, cabendo à Sobloco sua viabilização e desenvolvimento e à Risa a disponibilização do imóvel, sendo os resultados do empreendimento divididos à razão de 50% (cinquenta por cento) para cada parte.

Além do "Espaço Cerâmica", a Companhia também alienou áreas rurais localizadas na região de Uberaba, Estado de Minas Gerais, composta de um total aproximado de 2.266 hectares.

Tais créditos a receber podem ser assim qualificados:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Grupo 1	2.387	51.816	2.387	51.816
Grupo 2	18.584	17.796	18.584	17.796
	20.971	69.612	20.971	69.612
Circulante	13.025	605	13.025	605
Não circulante	7.946	69.007	7.946	69.007

- Grupo 1 - Grandes grupos econômicos, cujo risco de inadimplências é muito baixo.
- Grupo 2 - Clientes segurados por instituições financeiras conceituadas.

16 Investimentos em controladas

(a) Informações sobre investimentos

	Participação no capital %	Patrimônio líquido ajustado	Participação no: Lucro (prejuízo) líquido ajustado
Iliama II, Trading (Sociedade Unipessoal) Ltda.			
Capital de 3 mil EUROS e 3.010 quotas	100	(41.166)	(1.487)
LWB Island Company Ltd.			
Capital de 285.429 mil EUROS e 1.286 quotas	100	656.284	12.707
Magnesita Grundstücks Beteiligungs GmbH			
Capital de 25 mil EUROS e 1 quota	100	391	(4)
Metal Data S.A. - Mineração e Metalurgia			
Capital de R\$382 mil e 381.703 quotas	50	775	54
Magnesita Insider Refratários Ltda.			
Capital de R\$ 1.590 mil e 1.590.000 quotas	100	80.971	7.813
MAG-Tec Ltda.			
Capital de R\$ 200 mil e 800.000 quotas	100	245	-
RASA - Refractorios Argentinos S.A. I. C. y M.			
Capital de ARS 1.000 mil e 1.000.000 ações	100	12.403	(4.228)
Refractarios Magnesita Colombia S.A.			
Capital de COP 11.673.200 mil e 1.167.320.000 quotas	100	2.087	(776)
Refractarios Magnesita Peru S.A.C.			
Capital de PEN 6.890 mil e 1.000 quotas	100	6.007	(1.214)
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.			
Capital de UYU 450 mil e 450.000 quotas	100	201	1
Total em 2011		718.198	12.866
Total em 2010		650.432	11.666
Ágio			
		Ágio gerado na aquisição	
Da controlada LWB Island Company Ltd.		308.212	
Da controlada Metal Data S.A. - Mineração e Metalurgia		10.579	
Total em 2011		318.791	
Total em 2010		284.988	

(b) Movimentação dos investimentos

As alterações registradas nas contas de investimentos durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro foram as seguintes:

	2011	Controladora 2010
Saldo no início do exercício	936.370	1.230.170
Adições (i)	18.888	11.250
Resultado de equivalência patrimonial	12.866	11.666
Redução de capital em controlada (ii)	-	(185.666)
Incorporação de empresas controladas (iii)	-	(21.834)
Varição cambial de investimentos (iv)	46.301	(77.816)
Varição cambial de ágio (v)	23.224	(30.941)
Baixa de outros investimentos	(4)	(459)
Saldo no fim do exercício	1.037.645	936.370

(i) Em 2011, refere-se à aquisição da empresa Metal Data S.A. - Metalurgia e Mineração no montante de R\$ 11.300 e ao aumento de capital na controlada Refractorios Magnesita Peru S.A.C. no montante de R\$ 7.588. Em 2010, refere-se a aumento de capital nas controladas Refractorios Magnesita Colombia e Magnesita Refractories Corporation.

(ii) Refere-se a redução de capital na controlada LWB Island Company Ltd. para remessa de capital ao Brasil. A contrapartida de tal redução de capital foi via caixa no montante de R\$ 133.200 e mútuo no montante de R\$ 52.466.

(iii) Incorporação das empresas Cerâmica São Caetano Ltda., Massambaba Mineração Ltda. e MSA Agropecuária Ltda. em 28 de abril de 2010.

(iv) Varição cambial de investimentos com contrapartida em patrimônio líquido (Nota 25 (e)).

(v) Varição cambial de ágio com contrapartida em patrimônio líquido (Nota 25 (e)).

(c) Partes relacionadas (controladora)

Saldos e transações
Os principais saldos a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2011 e as principais transações realizadas durante o exercício findo naquela data, tais como de vendas, compras de serviços e produtos e dividendos recebidos, envolvendo as controladas da Companhia, foram as seguintes:

	Saldos			Transações	
	Contas a receber	Fornecedores	Créditos (Débitos)	Vendas	Compras de produtos
Magnesita Insider Refratários Ltda. (i)	178	1.998	(860)	329	5.969
RASA - Refractorios Argentinos S.A. I. C. y M. (ii)	38.829	-	-	14.542	3.291
Iliama II, Trading (Sociedade Unipessoal) Ltda.	91	-	54.986	1.402	-
Refractarios Magnesita Uruguay S.A. (ii)	295	-	-	551	-
Refractarios Magnesita Colombia S.A. (iii)	20.919	-	-	18.531	-
Refractarios Magnesita Peru S.A.C. (iii)	5.057	-	-	4.974	-
Refractarios Magnesita Chile (iii)	2.594	-	-	2.435	-
Empresas LWB (i)	26.202	-	2.857	100.844	-
Em 2011	94.165	1.998	56.983	143.608	9.260
Em 2010	64.073	1.150	49.148	112.475	4.626

- (i) Vendas de matérias primas pela controladora para fabricação de materiais refratários pela controlada;
(ii) Vendas de matérias primas e materiais refratários pela controladora para fabricação e venda de produtos refratários pela controlada;
(iii) Venda de produtos refratários para revenda nos países em que se localizam as controladas
Os créditos referem-se a operações, efetuadas para atender as necessidades operacionais das controladas, sem remuneração.
As operações de compra e venda de produtos e serviços entre a controladora e suas controladas são praticadas em condições acordadas entre as partes. Considerando que o percentual de participação da Companhia nas controladas é de 100%, as mesmas são eliminadas nas informações consolidadas.

17 Imobilizado

	31/12/2011			31/12/2010			
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Taxa média ponderada anual de depreciação %
Terrenos	61.449	-	61.449	56.745	-	56.745	
Jazidas	39.725	(4.360)	35.365	35.738	(3.664)	32.074	Conforme volume
Edifícios e benfeitorias	369.340	(155.561)	213.779	391.132	(148.312)	242.820	4
Máquinas, instalações e equipamentos, inclusive de informática	1.163.902	(748.911)	414.991	972.650	(601.127)	371.523	7 a 10
Equipamentos de transporte	15.355	(14.043)	1.312	14.987	(13.165)	1.822	6 a 20
Móveis, utensílios e outros	36.953	(20.777)	16.176	45.709	(21.210)	24.499	9 a 10
Construções em andamento (iii)	154.945	-	154.945	53.652	-	53.652	
Total do imobilizado	1.841.669	(943.652)	898.017	1.570.613	(787.478)	783.135	

	31/12/2011			31/12/2010			
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Taxa média anual de depreciação %
Terrenos (ii)	12.564	-	12.564	12.564	-	12.564	
Jazidas	9.132	(2.469)	6.663	9.132	(1.884)	7.248	Conforme volume
Edifícios e benfeitorias (i) (ii)	147.878	(89.447)	58.431	143.234	(85.404)	57.830	3,5
Máquinas, instalações e equipamentos, inclusive de informática (i)	728.610	(493.558)	235.052	678.117	(458.465)	219.652	9
Equipamentos de transporte	12.088	(11.614)	474	12.144	(11.061)	1.083	20
Móveis, utensílios e outros	27.005	(11.453)	15.552	20.731	(9.749)	10.982	10
Construções em andamento (iii)	119.220	-	119.220	27.765	-	27.765	
Total do imobilizado	1.056.497	(608.541)	447.956	903.687	(566.563)	337.124	

- (i) A Controladora reavaliou a vida útil de seus edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos no exercício de 2010, com laudo emitido em 31/12/2010, o que refletiu na alteração das taxas de depreciação e amortização para os exercícios futuros.
A Companhia avaliou a vida útil para 2011 e entendeu que não houve alterações significativas que afetassem as taxas de depreciação atualmente utilizadas.
(ii) A Companhia possui ativos arrolados em processos administrativos e judiciais dados em garantia no montante de R\$ 18.584.
(iii) Não houve capitalizações de empréstimos no exercício, vez que não houve custos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis.

As alterações registradas nas contas de imobilizado foram as seguintes:

	Consolidado	Controladora
Em 31 de dezembro de 2009	908.790	386.426
Adições	74.224	40.765
Baixas	(2.807)	(927)
Depreciação	(113.887)	(54.772)
Transferência para o intangível	(36.690)	(36.690)
Incorporação de controladas	-	2.322
Varição cambial (ativos no exterior)	(46.495)	-
Em 31 de dezembro de 2010	783.135	337.124
Adições	202.187	157.874
Baixas	(481)	(137)
Depreciação	(128.997)	(42.053)
Transferência para o intangível	(4.852)	(4.852)
Varição cambial (ativos no exterior)	47.025	-
Em 31 de dezembro de 2011	898.017	447.956

(a) Notas de crédito de exportação

A Companhia mantém operações com notas de crédito de exportação, com as seguintes características:

- Credor: Banco Bradesco S.A.
- Valor: R\$ 149.047
- Prazo: 5 anos
- Carência: 2 anos
- Juros anuais: CDI + 1,35% (de 15/08/2009 até 10/02/2010, CDI + 4,0%; 11/02/2010 a 07/12/2010, CDI + 2,75%)
- Credor: Banco Itaú BBA S.A.
- Valor: R\$ 453.197
- Prazo: 5 anos
- Carência: 3 anos
- Juros anuais: CDI + 2,10% (de 15/08/2009 até 08/04/2010, CDI + 4,0%; de 08/04/2010 até 21/02/2011, CDI+ 2,75%).
- Covenants: Dívida líquida / EBITDA (4,5 até 31/12/2010; 4,0 até 31/03/2011; e 3,5 em diante). EBITDA/Despesa financeira líquida (2,0 de 31/12/2010 em diante)
- Credor: Banco do Brasil S.A.
- Valor: R\$ 210.264
- Prazo: 5 anos
- Carência: 3 anos
- Juros anuais: CDI + 1,50%
- Covenants: Dívida líquida / EBITDA (4,75 até 31/12/2010; 4,00 até 31/12/2011; e 3,75 em diante)

Os custos de transação a amortizar correspondem à comissão paga no momento da renegociação dos contratos e serão amortizados pelo prazo dos mesmos. Em 14 de fevereiro de 2011, a Companhia liquidou parte do financiamento do banco Itaú BBA S.A., mediante emissão de ações (Nota 25).

Os "Covenants" financeiros anuais das NCE do Banco Bradesco S/A. são os seguintes:

	Dívida Líquida / Ebitda (Lajida)- máximo	Ebitda (Lajida) / Despesa Financeira líquida - mínimo
4T 2010	4,5	2,00
1T 2011 a 4T 2011	4,0	2,00
1T 2012 em diante	3,75	2,00

As exigências para 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram cumpridas.

(b) Adiantamentos sobre faturas de exportação

Os adiantamentos sobre faturas de exportação referem-se a financiamentos feitos em instituições financeiras, tais como Banco do Brasil, Santander, Itaú e Bradesco, para financiamento das exportações realizadas pela Companhia.

(c) Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo a pagar a curto e longo prazo tem vencimentos como segue:

	Consolidado	Controladora
Até 180 dias	106.632	81.899
Após 180 e até 360 dias	3.580	3.580
2013	155.824	150.427
2014	291.221	288.544
2015	417.282	414.484
Após 2016	6.694	-
	<u>981.233</u>	<u>938.934</u>

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos aproxima-se do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2011, os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

(d) Limites de crédito

A Companhia possui as seguintes linhas de crédito não utilizadas:

	31/12/2011	31/12/2010
Taxa variável		
- Com vencimento em até um ano	90.038	21.762
- Com vencimento em mais de um ano	661.255	108.111
Taxa fixa		
- Com vencimento em até um ano	21.000	24.620
- Com vencimento em mais de um ano	5.000	33.324
	<u>777.293</u>	<u>187.817</u>

As linhas de crédito que vencem em até um ano são linhas de crédito sujeitas à revisão anual em diferentes datas durante o exercício de 2012. As outras linhas de crédito foram acordadas para ajudar a financiar a expansão proposta das atividades do grupo.

21 Títulos de dívida de longo prazo

Durante o 1º trimestre de 2010, a Companhia emitiu US\$ 400 milhões em títulos de dívida denominados em dólares norte-americanos por meio de sua subsidiária integral Rearden G Holdings Eins GmbH ("Rearden"). Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidas pela Companhia, por meio da subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e outras subsidiárias sediadas no exterior.

Estes títulos de dívida possuem as seguintes características:

- Prazo: vencimento em 2020
- Juros anuais: 7,875%, pagos semestralmente
- Taxa Interna de Retorno: 8%

Os custos de transação a amortizar de R\$ 13.335 correspondem a despesas incorridas para emissão dos títulos de dívida, que serão amortizados considerando a taxa efetiva de juros até o vencimento final em 2020.

Em 31 de dezembro de 2011, o total dos títulos de dívida de longo prazo é R\$ 731.898, e de curto prazo, referente aos juros, é R\$ 14.587. Tais títulos da dívida foram utilizados para pagamento de contrato de financiamento Senior Export Facility, com o JP Morgan.

22 Outros tributos a recolher

	Consolidado	Controladora		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Tributos Indiretos	21.842	22.837	15.000	17.910
Outros	15.150	7.617	3.367	3.043
	<u>36.992</u>	<u>30.454</u>	<u>18.367</u>	<u>20.953</u>

23 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões substancialmente tributárias, além de aspectos trabalhistas e previdenciários. As provisões para contingências são determinadas com base em análise de ações judiciais pendentes, autuações e avaliações de risco. A composição pode ser assim demonstrada:

	Consolidado	Controladora		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Tributárias - Provisão	38.999	75.150	38.987	75.139
Tributárias - Depósito judicial	(2.029)	(926)	(2.029)	(926)
Trabalhistas - Provisão	22.546	16.871	22.546	16.871
Trabalhistas - Depósito judicial	(14.975)	(8.915)	(3.302)	(2.415)
Cíveis - Provisão	127	127	127	127
Previdenciárias - Provisão	2.226	1.992	2.226	1.993
Previdenciárias - Depósito judicial	(4.400)	(6.367)	(4.400)	(6.367)
Outros - Depósito judicial	(256)	(1.599)	-	(973)
	<u>42.238</u>	<u>76.333</u>	<u>54.155</u>	<u>83.449</u>
Não circulante - Provisão	63.898	94.141	63.886	94.130
Não circulante - Depósito judicial	(21.660)	(17.808)	(9.731)	(10.681)
	<u>42.238</u>	<u>76.333</u>	<u>54.155</u>	<u>83.449</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2011 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>109.817</u>	<u>106.246</u>
Adições	482	481
Baixas	(18.963)	(15.402)
Atualizações monetárias	2.805	2.805
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>94.141</u>	<u>94.130</u>
Adições	5.676	5.676
Baixas	(41.037)	(41.037)
Atualizações monetárias	5.118	5.117
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>63.898</u>	<u>63.886</u>

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, constituiu provisões em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificadas entre curto e longo prazo de acordo com a expectativa de desfecho das discussões, conforme acima demonstrada.

As principais contingências passivas com chance de perda provável, com valores provisionados, estão descritas abaixo:

- **Instituto Nacional do Seguro Social**
A Magnesita S.A., incorporada pela Companhia, recebeu autos de infração do INSS no total de R\$26.677 atualizados para 30 de junho de 2008, relativos a assuntos que entendeu necessária a constituição de provisões no montante de R\$ 17.970, atualizadas até 30 de junho de 2008. Referidos autos de infração foram lavrados sem a observância da decadência quinzenal. Em 12 de junho de 2008, foi editada a Súmula Vinculante nº 8 em que o STF decidiu pela decadência quinzenal, declarando inconstitucionais os artigos. 45 e 46 da Lei 8.212/91. Diante deste fato e dos pareceres dos advogados que acompanham as defesas destes autos de infração, a Companhia reverteu as provisões que correspondiam a períodos cuja suposta exigibilidade comprovou-se decadaída. Os depósitos judiciais correspondentes ainda não levantados pela Companhia foram transferidos para Não Circulante - Realizável a Longo Prazo. O valor provisionado em 31/12/2011 é R\$2.226 (31/12/2010 R\$ 1.993).
- **Imposto sobre Produtos Industrializados**
Trata-se de ação anulatória de débito fiscal por meio da qual a Companhia busca a declaração da legalidade da apuração, pelo estabelecimento de Brumado, do crédito presumido de IPI como ressarcimento do valor da contribuição para o programa de integração social e a contribuição para financiamento da seguridade social (PIS/COFINS) incidentes sobre as aquisições, no mercado interno, de matérias primas, produtos intermediários e material de embalagem, para utilização no processo produtivo, conforme previsto na Lei nº 9.396/96. Da mesma forma, a Companhia busca a legalidade das transferências dos créditos apurados para os estabelecimentos de Contagem e das compensações feitas com o imposto sobre produtos industrializados (IPI) devido nas vendas realizadas no mercado interno. Em 11/04/2007 foi proferida sentença desfavorável a Companhia e em 01/06/2007 foi apresentado recurso de apelação, que se encontra, desde então, pendente de julgamento. O valor provisionado em 31/12/2011 é R\$7.961 (31/12/2010 R\$ 7.592) e a Companhia cedeu imóveis em garantia para prosseguimento do processo judicial.
- **Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais**
A companhia discute acerca do valor a ser utilizado como base de cálculo da compensação

financeira sobre exploração de recursos minerais (CFERM) e a legalidade da equiparação da saída da substância mineral para consumo ou para utilização (transferência) à saída por venda. Desde 2008, a Companhia, por meio de sua assessoria jurídica e técnica, acrescentou ao seu argumento de defesa perante o órgão fiscalizador Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM o conceito de descaracterização mineralógica. Este conceito determina que quando o minério tem a sua composição química alterada, que é o caso do sinter de magnesita, cessa-se o fato gerador para o qual deverá ser apurado e calculado a CFERM. Esta alteração de defesa e método de apuração do cálculo, bem como os novos entendimentos sobre o prazo decadencial, quanto às deduções de tributos na base de cálculo, constituição do débito nas transferências de minério, fez com que a administração revisasse o valor provisionado de R\$ 38.074 (31/12/2010) para R\$ 1.614 (31/12/2011).

- **Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucros no exterior**
Trata-se de auto de infração lavrado contra a Refratat Produtos Eletrofundidos Ltda., incorporada pela Companhia, em razão do não recolhimento de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido sobre os lucros auferidos no exterior por meio da Iliama Trading (empresa controlada pela Companhia na Ilha da Madeira). O valor provisionado em 31 de dezembro de 2011 é R\$20.707 (31/12/2010 R\$ 19.647) a Companhia arrolou imóveis para prosseguimento no processo administrativo.
Para as ações trabalhistas a Companhia adota o critério de constituir a provisão levando em consideração as reais chances de êxito dos pedidos formulados em cada caso. Os principais pedidos ajuizados nestes processos judiciais trabalhistas são os seguintes: equiparação salarial, indenização por doença ocupacional, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, insalubridade e horas extras.
Adicionalmente, a Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de aproximadamente R\$126.607, para as quais não há provisão constituída. Os principais processos são os seguintes:
• **Mineração Santa Juliana** - não houve alterações relevantes no processo desde a última demonstração financeira. Trata-se de ação indenizatória na qual a autora requer a condenação da Companhia ao pagamento de indenização em decorrência de alegado descumprimento de contrato de prestação de serviço de mineração. O valor deste processo monta em R\$ 2.545.
• **Engofer - Montagem de Refratários e Demolições S.A.** - não houve alterações relevantes no processo desde a última demonstração financeira. Trata-se de ação de cobrança relacionada à prestação de serviços de consultoria, assessoria e representação que embasaram a emissão de uma nota fiscal. Este processo está suspenso até o julgamento da exceção de incompetência apresentado pela Magnesita com vistas ao declínio de competência para a comarca de Contagem. O valor deste processo monta em R\$ 1.569.
• **Processos de Pis e Cofins** - não houve alterações relevantes no processo desde a última demonstração financeira. Tratam-se de exigência decorrente da não homologação de declarações de compensação transmitidas no exercício de 2004. O valor deste processo monta em R\$ R\$ 2.882.
• **Processos de Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre lucro líquido** - não houve alterações relevantes no processo desde a última demonstração financeira. Tratam-se de manifestações de inconformidades interpostas em face de despacho decisório que deixou de homologar pedido de compensação de crédito. O valor deste processo monta em R\$ 2.096.
• **Sobata** - Trata-se de ação indenizatória ajuizada em 10 de agosto de 2011 pela Sobata - Sociedade Baiana de Talco Ltda., em face da Magnesita Refratários S.A., alegando que a Magnesita teria extraído indevidamente talco na área da Sobata, juntamente com o pleito da remoção da pilha de estéril supostamente depositada pela Magnesita na área da Sobata. A administração da Magnesita entende que a chance de perda da demanda é possível. O valor deste processo monta em R\$ 1.000.
• **Processo de Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre líquido decorrente de ágio** - trata-se de autuação da Receita Federal do Brasil de 26 de dezembro de 2011 contestando a dedutibilidade da amortização dos ágios decorrentes das incorporações de sociedades controladas. No que tange ao ágio gerado na aquisição da "Magnesita S/A", as Autoridades Fiscais contestaram os estudos internos e o Laudo de Avaliação, elaborado por especialistas, que embasaram o fundamento econômico do ágio pago pela Rpar Holding com base na expectativa de rentabilidade futura da companhia. Com relação ao ágio oriundo da aquisição do "Grupo LWB", a Fiscalização entendeu que a Magnesita Refratários S.A. não poderia amortizar o ágio gerado na compra de sociedade estrangeira, bem como rebateu as argumentações societárias que culminaram no seu aproveitamento. Cumpre destacar que todos os argumentos sustentados pelas Autoridades Fiscais, foram devidamente impugnados, demonstrando a legitimidade e a legalidade dos ágios amortizados nos anos de 2008 e 2009. Atualmente, os débitos consubstanciados nos autos de infração de IRPJ e CSLL estão suspensos, ante a pendência do julgamento da impugnação pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento. A administração classificou a perda como possível, com base na opinião dada por consultorias jurídicas, no montante de R\$ 112.515, para o qual não há provisão constituída. Os demais processos com valores pulverizados tratam-se de várias autuações referente a diversos tributos e obrigações acessórias.

24 Obrigações pós-emprego

A controladora e suas controladas mantêm planos de aposentadorias para seus empregados, cujos passivos atuariais, reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas de 2011, podem ser assim demonstrados:

Descrição	Região			
	Europa	Estados Unidos	China	América do Sul
Plano de Benefício Definido	92.926	40.447	-	51.056
Prêmio para tempo de serviço	3.500	-	-	-
Plano de aposentadoria antecipada	-	-	34.997	-
	<u>96.426</u>	<u>40.447</u>	<u>34.997</u>	<u>51.056</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>96.426</u>	<u>40.447</u>	<u>34.997</u>	<u>51.056</u>
	<u>222.926</u>			
Em 31 de dezembro de 2010	<u>93.018</u>	<u>69.609</u>	<u>24.724</u>	<u>54.466</u>
	<u>241.817</u>			

Controladora

A Controladora era patrocinadora da Magnus Sociedade Previdenciária, sociedade civil sem fins lucrativos, e alterou a gestora dos planos de previdência complementar para a BB Previdência conforme aprovação pela Secretaria Nacional de Previdência Complementar em 19/05/2011. Tal gestão tem a finalidade de complementar de forma parcial, aposentadorias e pensões concedidas pelo Instituto Nacional do Seguro social - INSS.

A Companhia oferece a seus empregados um plano de benefício do tipo Contribuição Definida (CD) com contribuição pela patrocinadora e pelo participante. O Plano CD permite a formação do patrimônio individual a longo prazo, com transparência e baixos custos para os participantes. Além disso, os riscos decorrentes do passivo atuarial deixam de ocorrer, uma vez que o benefício a conceder dependerá das contribuições acumuladas e da rentabilidade do fundo.

As contribuições dos empregados variam de 0,7% a 5,925% dos salários e as contribuições da patrocinadora variam de 1,30% a 8,875% de acordo com o salário e a faixa etária do participante. Para 2012, a despesa prevista para custear o Plano de Contribuição Definida é de R\$ 5.948 e será apropriada em custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas ou despesas gerais e administrativas de acordo com a alocação dos participantes na estrutura da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 o plano de previdência possuía 7.147 participantes ativos (31/12/2010 - 5.758). Relativamente ao Plano de Benefício Definido, a BB Previdência adota o "Regime Financeiro de Capitalização" para os beneficiários de aposentadoria. O plano de custeio, definido atuarialmente, era mantido exclusivamente com contribuições das patrocinadoras e só estão vinculados a este plano os ex-empregados que já estavam no gozo deste benefício na data da aprovação do novo plano de Contribuição Definida.

Em 31 de dezembro de 2011, a BB Previdência possuía 241 participantes inativos aposentados e pensionistas e 1.277 participantes aguardando o benefício diferido. A Companhia procedeu à avaliação atuarial do plano de benefício definido no exercício de 2011 por atuário externo (Rodarte Nogueira), utilizando o método de crédito unitário projetado, para determinação do valor presente das obrigações. Este passivo correspondente aos beneficiários do Plano de Benefício Definido foi reconhecido pela patrocinadora, no passivo não circulante - obrigações pós-emprego, e pode ser assim demonstrado:

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos	Controladora Passivo reconhecido
Em 1º de janeiro de 2009	(184.437)	143.438	(40.999)
Custo do serviço corrente	(276)	-	(276)
Custo dos juros	(19.625)	-	(19.625)
Rendimento dos ativos do plano	-	13.986	13.986
Benefícios pagos	15.242	(15.242)	-
Ganhos/perdas atuariais	(14.781)	6.419	(8.362)
Contribuições pagas pelos patrocinadores	-	810	810
Em 31 de dezembro de 2010	<u>(203.877)</u>	<u>149.411</u>	<u>(54.466)</u>
Custo do serviço corrente	(748)	-	(748)
Custo dos juros	(20.102)	-	(20.102)
Rendimento dos ativos do plano	-	14.902	14.902
Benefícios pagos	17.500	(17.500)	-
Ganhos/perdas atuariais	3.365	3.231	6.596
Contribuições pagas pelos patrocinadores	-	2.762	2.762
Em 31 de dezembro de 2011	<u>(203.862)</u>	<u>152.806</u>	<u>51.056</u>

Os custos atuariais previstos para o Plano de Benefício Definido para os exercícios de 2012 e 2011 são como segue:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	(776)	(748)
Custo dos juros	(19.977)	(20.102)
Rendimento do ativo do plano	14.889	14.902
Contribuições de ex-empregados	-	-
	<u>(5.864)</u>	<u>(5.948)</u>

A patrocinadora não tem contribuições a fazer para o Plano de Benefício Definido, garantindo, no entanto, o passivo atuarial e a sua evolução.

Foram adotadas as seguintes principais premissas no cálculo da obrigação do plano:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Hipóteses atuariais		
Econômicas		
Taxa de desconto	10,25% ao ano	10,25% ao ano
Retorno dos investimentos	14,10% ao ano	10,55% ao ano
Crescimentos salariais	6,60% ao ano	6,39% ao ano
Reajuste dos benefícios	4,50% ao ano	4,30% ao ano
Fator de capacidade	100,00%	100,00%
Inflação	4,50% ao ano	4,30% ao ano
Demográficas		
Mortalidade geral	AT- 1983	AT- 1983
Invalidez	RRB - 1983	RRB - 1983
Rotatividade	De acordo com idade e sexo	Experiência da Magnus
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	1º exigibilidade	1º exigibilidade

Controladas

- (i) **Planos de Contribuição Definida**
Determinadas controladas operam um Plano de Contribuição Definida nos Estados Unidos denominado "Thrift Savings Plan (401K)" com o objetivo de encorajar os seus empregados a constituir o seu patrimônio ao longo dos anos para complementação de sua aposentadoria. Todos os empregados da Magnesita nos Estados Unidos são elegíveis para participar do referido plano. Há ainda outro Plano de Contribuição Definida de valor menos relevante constituído para os empregados localizados no Reino Unido.
O total do custo com esses Planos representou R\$ 1.872, calculados de acordo com as taxas definidas nas respectivas regras. Desse total, R\$ 901 foram lançados no custo dos produtos vendidos, R\$ 409 nas despesas de vendas e R\$ 563 nas despesas administrativas (2010: R\$ 1.083, R\$ 524, R\$ 820, respectivamente).
- (ii) **Planos de Benefício Definido**
As controladas também mantêm Planos de Benefícios Definidos na Europa e nos Estados Unidos

determinados utilizando-se o método de crédito unitário projetado com avaliação elaborada por atuário independente, podendo ser assim demonstrados:

	Europa		Estados Unidos	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente da obrigação atuarial	(92.926)	(89.808)	(240.543)	(223.035)
Valor justo dos ativos	-	-	200.096	153.426
	<u>(92.926)</u>	<u>(89.808)</u>	<u>(40.447)</u>	<u>(69.609)</u>
Passivo atuarial				
Participantes ativos	424	457	305	530
Participantes assistidos	1.175	1.182	576	605
Participantes desligados, mas elegíveis ao Plano	283	324	234	239

Hipóteses atuariais econômicas:
Taxa de desconto 6% a.a. 6% a.a. 6,2% a.a. 6,2% a.a.
Retorno dos investimentos - - 8,25% a.a. 8,25% a.a.
Crescimentos salariais 2,50% a.a. 2,50% a.a. 3,50% a.a. 3,50% a.a.
Reajuste de benefícios 1,75% a.a. 1,75% a.a. - -
Inflação - - 2,25% a.a. 2,25% a.a.

O total dos planos de benefício definido gerou um ganho de R\$ 28.982 em 2011, sendo que R\$ 1.559 foram decorrentes de despesas lançadas no custo dos produtos vendidos, R\$ 1.091 nas despesas de vendas contra um ganho

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

27 Plano de opção de compra de ações - "Stock options"

Conforme previsto no seu Estatuto Social, a Companhia possui plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembléia Geral com o objetivo de integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazos. Este plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, a critério deste, por um comitê, que aprovará os programas de opção de compras de ações. As opções representarão no máximo 6% do total das ações do capital. As opções outorgadas conferirão aos titulares o direito de adquirir ações do Capital Social ao longo de cinco anos a partir da outorga, à razão de 20% da quantidade outorgada a cada ano, sendo condição para o exercício da opção seu vínculo com a Companhia no momento do exercício da opção. As ações adquiridas em cada ano permanecem inalienáveis por um ano. As quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentadas a seguir:

	2011		2010	
	Quantidade (mil)	Preço Médio (R\$)	Quantidade (mil)	Preço Médio (R\$)
Em aberto no início	10.316	4,10	9.166	3,70
Outorgadas durante o período	700	3,25	1.150	4,49
Saldo das opções	11.016	4,05	10.316	4,10
Ajuste de probabilidade	77,8%	-	77,8%	-
Quantidade a ser reconhecida contabilmente por competência	8.570	3,15	8.026	3,10

O valor a ser reconhecido contabilmente por competência em função do prazo para o exercício das opções de cinco anos, ajustado pela probabilidade, é de R\$ 29.452 para o período integral, tendo sido lançado R\$ 6.052 em 2011, totalizando R\$ 16.981 em conta específica do patrimônio líquido.

O modelo e as premissas adotadas na mensuração do valor justo para 2011 e 2010 foram:

- Modelo utilizado: Black-Scholes-Merton
- Volatilidade anual: volatilidade histórica baseada em períodos da mesma duração da opção calculada até a data da outorga
- Taxa de juros reais: 8,15% ao ano
- Valor spot: valor da ação da Companhia na data da outorga
- Strike: o previsto no plano de opções de compra de ações (R\$ 10,00)
- Prazo: prazo médio das opções
- Dividendo: 1,2% sobre o valor de mercado da ação.

28 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Depreciação e amortização	135.978	121.603	48.729	62.039
Benefícios a empregados	500.246	511.213	343.572	337.441
Materiais primas e materiais de consumo	997.760	844.701	442.485	381.691
Despesas de transporte e comissões	158.635	135.147	70.060	71.789
Serviços prestados por terceiros	152.117	168.821	101.741	131.249
Outras despesas	126.961	193.022	26.531	80.876
	<u>2.071.697</u>	<u>1.974.507</u>	<u>1.033.118</u>	<u>1.065.085</u>
Classificação				
Custo dos produtos e serviços vendidos	1.588.813	1.498.634	782.024	805.617
Despesas de vendas	251.923	246.265	127.763	129.705
Despesas gerais e administrativas	230.961	229.608	123.331	129.763
	<u>2.071.697</u>	<u>1.974.507</u>	<u>1.033.118</u>	<u>1.065.085</u>

29 Despesas de benefícios a empregados

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Salários e remunerações	357.079	341.858	214.685	201.448
Encargos sociais	131.255	129.521	99.952	96.690
Participação nos resultados	27.358	41.271	21.835	30.399
Plano de aposentadoria	(15.446)	(1.437)	7.100	8.904
	<u>500.246</u>	<u>511.213</u>	<u>343.572</u>	<u>337.441</u>

30 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Indenizações trabalhistas	(14.695)	(3.556)	(14.695)	(3.130)
Indenizações diversas	-	1.591	-	1.591
Provisão para contingências	-	(1.162)	-	(1.162)
Recuperação judicial de tributos	-	3.581	-	3.581
Reversão de provisões fiscais	38.016	8.629	38.016	8.629
Complemento ganho judicial ação Eletrobrás	6.323	-	6.323	-
Subvenções econômicas	1.012	1.012	1.012	1.012
Reversão de plano de saúde (i)	29.516	12.148	-	-
Cessão de direitos de processamento de folha de pagamento	3.200	3.200	3.200	3.200
Gastos com reestruturação (ii)	-	(2.176)	-	-
Receita na venda de imobilizado	-	826	-	826
Baixa de imobilizado	-	(3.776)	-	(385)
Ganhos líquidos em empreendimento imobiliário (iii)	20.585	19.967	20.585	19.967
Benefícios a empregados (iv)	(5.857)	(5.915)	(5.857)	(5.915)
Outras, líquidas	(1.057)	3.901	483	3.002
	<u>77.043</u>	<u>38.270</u>	<u>49.067</u>	<u>31.216</u>

- (i) Refere-se a reversão de parte da provisão para pagamento de benefícios de planos de saúde nos Estados Unidos em razão de mudanças na sua regulamentação.
- (ii) Refere-se a gastos de reestruturação das Controladas, substancialmente gastos com demissão, relativamente a processos cuja tomada de decisão foi concluída.
- (iii) Refere-se à venda de ativos relacionados a empreendimentos imobiliários como parte da estratégia da Companhia de identificar e alienar ativos não operacionais, com vistas a reinvestir os recursos provenientes destes processos em atividades relacionadas ao seu "core business". As vendas foram efetuadas a prazo e os saldos a receber estão sujeitos a correção monetária e juros, conforme indexadores pactuados caso a caso.
- (iv) Refere-se à evolução do passivo atuarial do Plano de Benefício Definido após a mudança do tipo de benefício para Contribuição Definida para os participantes ativos (Nota 24).

31 Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras podem ser assim demonstradas:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
- Variações monetárias e cambiais	38.103	34.326	30.086	7.725
- Rendimento de aplicação financeira	68.729	30.933	66.457	29.182
- Outras receitas	1.953	2.268	1.499	1.393
	<u>108.785</u>	<u>67.527</u>	<u>98.042</u>	<u>38.300</u>
Despesas financeiras				
- Variações monetárias e cambiais	(41.630)	(31.953)	(21.329)	2.979
- Juros sobre empréstimos	(178.092)	(199.129)	(123.445)	(124.424)
- Outras despesas	(10.475)	(28.726)	(2.723)	(18.940)
	<u>(230.197)</u>	<u>(259.808)</u>	<u>(147.497)</u>	<u>(140.385)</u>
	<u>(121.412)</u>	<u>(192.281)</u>	<u>(49.455)</u>	<u>(102.085)</u>

32 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Consolidado	
	2011	2010
Básico		
Numerador básico		
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	97.911	91.765
Denominador básico		
Quantidade média ponderada de ações emitidas em circulação	289.168	258.088
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	<u>0,34</u>	<u>0,36</u>

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui apenas uma categoria de ação ordinária potencial diluída: opções de compra de ações. Dessa forma, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculada conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Consolidado	
	2011	2010
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	97.911	91.765
Denominador diluído		
Quantidade média ponderada de ações emitidas em circulação	289.168	258.088
Ajustes de opções de compras de ações	8.570	8.026
Quantidade média ponderada de ações para lucro diluído	297.738	266.114
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$)	<u>0,33</u>	<u>0,34</u>

33 Receita líquida de vendas e serviços

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas e serviços				
Mercado interno	1.303.271	1.465.455	1.263.914	1.424.433
Mercado externo	1.355.231	1.193.148	231.348	202.674
	<u>2.658.502</u>	<u>2.658.603</u>	<u>1.495.262</u>	<u>1.627.107</u>
Impostos incidentes sobre vendas	(339.599)	(382.219)	(326.589)	(369.002)
Receita líquida de vendas e serviços	<u>2.318.903</u>	<u>2.276.384</u>	<u>1.168.673</u>	<u>1.258.105</u>

34 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais, compreendendo instalações industriais, máquinas e estoques. Tais coberturas garantem lucros

cessantes, riscos de incêndios, alagamentos e outros eventos, e podem ser assim demonstradas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Importância segurada de ativos	2.760.557	2.616.523	1.593.092	1.593.092
Lucros cessantes	777.986	736.541	92.937	92.937
Responsabilidade civil	268.856	248.219	25.000	25.000

A Companhia mantém ainda seguro de responsabilidade civil dos administradores, seguro de crédito, seguro de vida em grupo para empregados, seguro de transportes, seguro de acidentes de trabalho e seguro de viagens para empregados.

35 Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) em 2011 correspondeu a R\$ 12.867 (2010 - R\$ 13.193), sendo R\$ 7.722 (2010 - R\$ 6.641) referente à pro-labore e R\$ 5.145 (2010 - R\$ 6.552) referente a bônus. Adicionalmente, encontra-se registrado no resultado do período o valor justo das opções de compra de ações outorgadas no montante de R\$ 6.052 (2010 - R\$ 5.450).

Manifestação do Conselho de Administração

De conformidade com o inciso V do artigo 142 da Lei de Sociedade por Ações, nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, o Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A., em reunião do dia 06 do corrente mês, tomou conhecimento do Relatório da Administração referente ao exercício recém findo e aprovou as contas da Diretoria.

Contagem, 06 de março de 2012

- Fersen Lamas Lambranco - Presidente
- Thiago Emanuel Rodrigues - Vice presidente
- Carlo Padovano
- Octávio Cortes Pereira Lopes
- Nelson Rozental
- Robert Frank Agostinelli
- Fabio Alperowitch
- Bernardo Guimarães Rodarte

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Magnesita Refratários S.A. ("Companhia"), no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia e o parecer dos auditores independentes (em conjunto, as "Demonstrações Financeiras Consolidadas"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, a proposta da administração a respeito da destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, o orçamento de capital apresentado pela administração para o exercício social de 2012, tendo também analisado o estudo técnico de viabilidade que suporta a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e, pelo presente, em observância ao disposto no artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei nº 6.404/76, e nos artigos 2º, inciso II, e 4º, ambos da Instrução CVM 371/02, opina favoravelmente à aprovação integral dos referidos documentos.

Contagem, 06 de março de 2012

- Pedro Wagner Pereira Coelho
- Alexei Ribeiro Nunes
- Sergio Antonio Cordeiro de Oliveira
- Ricardo Scalzo
- Bruno de Oliveira Vargens

DECLARAÇÃO

Na qualidade de Diretores Estatutários da Magnesita Refratários S.A., declaramos nos termos da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, artº 25 parágrafo 1º itens V e VI que:

- analisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011;

- analisamos, discutimos e concordamos com os termos do parecer dos auditores externos relativo às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Contagem, 06 de março de 2012

- Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira
- Diretor Presidente

- Flávio Rezende Barbosa
- VP de Finanças e de Relações com Investidores

Diretores sem designação específica:

- | | |
|------------------------------------|--------------------------|
| Peter Paul Lourenço Estermann | Wagner Mariano Sampaio |
| Luís Rodolfo Mariani Bittencourt | Otto Alexandre Levy Reis |
| Gilmar Fava Carrara | Afonso Celso de Resende |
| Gustavo Lúcio Gonçalves Franco | Fabício Rodrigues Amaral |
| Milton José de Oliveira Sacramento | Yan Yves Hoffstetter |

Responsável Técnico
Leonardo Figueiredo Moreira
Contador - CRC-MG 76.170/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores
Magnesita Refratários S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Magnesita Refratários S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Magnesita Refratários S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magnesita Refratários S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magnesita Refratários S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 3.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Magnesita Refratários S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial (Nota 3.12), uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

**Outros assuntos
Informação suplementar - Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 07 de março de 2012



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" MG